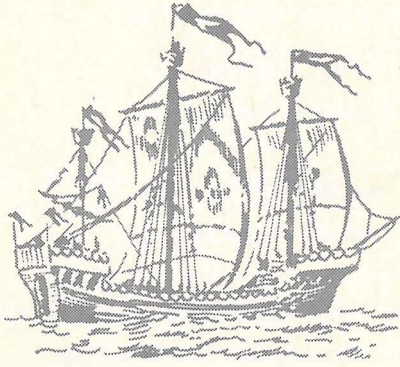
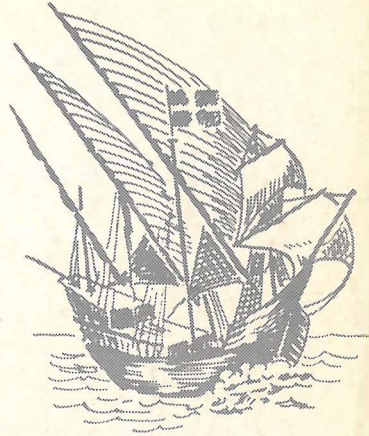
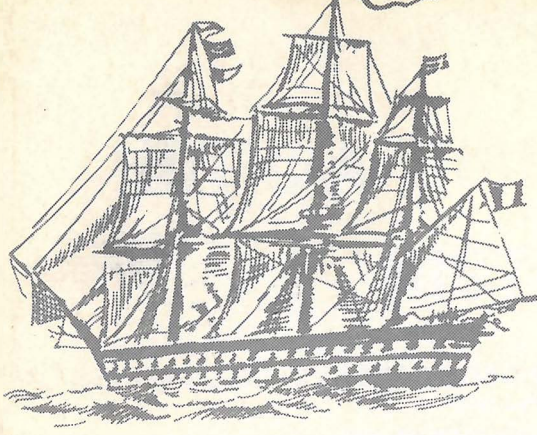


900/3



CAD. CENTR. DE APOIO DIDÁTICO
DA FAU - P U C C

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Campinas	Ano XIV	nº 105	p. 1 - 84	jan./março/1982
----------	---------	--------	-----------	-----------------

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Dr. Heitor Regina

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Dr. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Dr. Antonio José de Pinho

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Ersio Lensi

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Profa. Maria Helena Degani Rocha

RAPHAEL GIRARD E A ANTROPOLOGIA
AMERICANISTA NA ATUALIDADEProfa. Maria Salete Zulzke Trujillo
(PUCC – Campinas)

Raphael Girard, suço de nascimento (nasceu no dia 30 de outubro de 1898), veio em 1919 para a América, especialmente para Honduras, realizar pesquisas etnográficas. Ao lado de tais pesquisas realizou obras de engenharia elétrica, construiu plantas hidroelétricas nos povoados onde esteve procurando levar melhorias às populações. Transladou-se depois para a Guatemala, continuando seu trabalho científico. O Dr. Figueroa, disse de Girard: “desnudou seu pensamento europeu, para pensar em índio, aprendendo a pensar como os índios” (p. 29).

Girard não restringiu suas pesquisas a Honduras e Guatemala, mas as estendeu a todos os países americanos. Sua preocupação etnográfica não foi apenas com os descendentes dos maias, mas com todas as culturas americanas, embora sua especialização seja sobre os maias. Daí ter realizado pesquisas na floresta amazônica e em outros sítios do Brasil, no Paraguai, Argentina, Peru, Bolívia e em toda América Central. Isto lhe possibilitou escrever a monumental obra “História das Civilizações Antigas da América, desde suas origens”, escrita em 3 tomos, perfazendo 2.469 páginas. Uma das grandes contribuições de Girard refere-se a utilização do método interdisciplinar, que faz correlação entre mito-História, Etnografia e Arqueologia.

Entre as grandes contribuições de Girard está a interpretação do livro sagrado dos maias o **Popol-Vuh**. Através da interpretação utilizando o pensamento dos gnósticos dos indígenas Girard pode compreender a linguagem do Popol-Vuh que começa a história dos maias desde a criação do mundo. Girard estabeleceu 4 idades ou as idades do mundo. Cada idade começa com uma criação nova e termina com uma catástrofe. Assim a 4ª idade ou a 4ª fase corresponde ao período clássico da civilização maia. Através do método interdisciplinar Girard realizou a interpretação do Popol-Vuh. Toma o relato mítico como história e procura através da arqueologia e da etnografia fundamentar e interpretar o mito.

Girard trabalhou intensamente nestes 62 anos. O Dr. Horácio Figueroa fazendo a apresentação da obra de Girard recolheu uma bibliografia que ele considera não exaustiva na qual computou 186 trabalhos entre artigos, livros e conferências.

Para comemorar os 80 anos do Prof. Girard um grupo de cientistas da Guatemala e México resolveram homenageá-lo e, para tal, decidiram publicar um livro em sua homenagem “honra a quem honra merece”. Foram então convidados cientistas do mundo todo ligados às ciências

humanas, especialmente arqueólogos, antropólogos e etnógrafos americanos para que dessem uma contribuição a fim de ser publicada sobre a forma de 1 livro: "**A Antropologia americanista na atualidade**". O comitê encarregado recebeu 87 trabalhos de cientistas de 23 países e foi impresso então o livro **La Antropologia Americanista en la actualidad** publicado em 2 tomos (Editores Mexicanos Unidos, 1980, 1.192 pp.). Os artigos estão escritos em 6 línguas: espanhol, inglês, francês, alemão, italiano e português.

O livro foi dividido em seções, a 1ª corresponde a uma apresentação da obra de Raphael Girard, segue uma seção de Arqueologia com 29 artigos que tratam de aspectos arqueológicos da Guatemala, Honduras, México, Chile, Costa Rica, Equador e Peru. Outra seção do livro é sobre Etnografia e aparecem 24 trabalhos. Entre estes trabalhos aparece a contribuição dos Professores Alfonso Trujillo Ferrari (UNICAMP e PUCCAMP) e Maria Salete Zulzke Trujillo (PUCCAMP) sobre "A Antropologia Urbana no Brasil". Neste trabalho, os AA. procuram analisar este campo de estudo que, nos últimos anos, tem recebido a atenção dos estudiosos. As pesquisas de Antropologia Urbana tratam de estudar não só aspectos da cidade, mas também os fenômenos humanos que se dão na cidade, e, portanto, não são peculiares a este contexto. Os AA. fazem uma retrospectiva das raízes da Antropologia Urbana no Brasil, em que os primeiros enfoques se referiam a estudos de comunidades urbanas, aos estudos de adaptação e acomodação, tanto de migrantes nacionais como imigrantes estrangeiros no meio urbano. Ainda se referem aos estudos de "vizinhança", "localidade" e grupos locais. Fazem depois um levantamento das pesquisas atuais, fruto de dissertações de mestrado e doutorado. Estas pesquisas foram agrupadas dentro dos seguintes tópicos: a) pesquisas sobre a família e relações de parentesco em áreas urbanas; b) pesquisas sobre religiões; c) pesquisas sobre grupos estigmatizados; d) pesquisas sobre papéis sociais; e e) outros assuntos como carnaval, problema ecológico, alimentação, futebol etc. As pesquisas de Antropologia Urbana no Brasil procuram mostrar a ambigüidade, inconsistência e contradições que a sociedade apresenta e cuja cultura reflete problemas de identidade, mistificação, secularização, desvio, convergência. A massificação e a implantação de uma sociedade de consumo levam os antropólogos a repensar sobre a validade de suas pesquisas, na busca de autenticidade da cultura brasileira, cujos modelos de mudança social dos países desenvolvidos, não se aplicam, pois ao lado da influência da industrialização e da urbanização, há mecanismos adaptativos, que escapam aos padrões tradicionais de mudança.

Outra seção do livro trata de trabalhos sobre **Mitologia**, em que são analisados mitos astecas, andinos etc. Outra seção trata de **História**, em que são tratados assuntos como "O conhecimento histórico para a cultura nacional", "Apontamentos de História e Arqueologia do Peru";

Vikings na América ?” etc. Outra seção trata sobre **Agricultura e Plantas** em que aparecem artigos sobre “Origem da Agricultura na América”, “A Quinoa, alimento do passado e do futuro”, “Plantas mágicas dos índios guaranis de Missões” e “identificação botânica do ‘coro’, antigo fumatório utilizado pelos índios do Chaco”. Na seção sobre Antropologia Física aparece um único trabalho da Dra. Maria Júlia Purchet, do Brasil, sobre “Antropologia Física americanista”. Há ainda artigos sobre “lingüística” e outra seção agrupados sobre a denominação de “vários” onde aparece o trabalho do Dr. José Vicente César sobre “As leis indigenistas do Brasil”.

Pela variedade de assuntos, e atualidade dos trabalhos, já que a maioria procurou fazer uma pesquisa bibliográfica sobre o que se tem escrito sobre determinado assunto, a comissão encarregada da organização deste livro está de parabéns, pois trata-se de um livro, proveniente de muitos contatos que tiveram de fazer e que resultou em uma obra grandiosa, digna do homenageado.

*

CAMPINAS VISTA POR ALGUNS VIAJANTES ESTRANGEIROS NO SÉCULO XIX

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
(UNESP, Franca.)

I — INTRODUÇÃO

Nunca é demais ressaltar a importância do ano de 1808 para a vida brasileira, representando um verdadeiro marco, não só pelas transformações ocorridas nos setores econômico-político-sócio-cultural, bem como pelas medidas tomadas pelo Príncipe-Regente, que, entre outras, permitiram aos viajantes estrangeiros, a possibilidade de satisfazerem a curiosidade com relação à nossa terra. Se, antes da abertura dos portos, o Brasil vivia uma situação de isolamento, há de se entender o porquê de, praticamente, não encontrarmos viajantes estrangeiros na terra, uma vez que, os poucos que por aqui passavam, não tinham permissão de visitar o interior, e, mesmo nas cidades do litoral, sua estada não devia ultrapassar os limites impostos pela necessidade de reabastecimento e reparação das embarcações. Daí a limitação dessas informações (mais curiosidades bibliográficas), já que eles mais foram circunavegadores do século XVIII, do que qualquer outra coisa. Seus depoimentos refletem a pressa com que viam a tudo, eram por demais generalizantes, não apresentavam, enfim, no geral, compreensão para os problemas brasileiros.

Com a abertura dos portos, no entanto, vai-se ao extremo oposto: o Brasil passa a exercer poderosa atração, especialmente sobre os naturalistas, para os quais a nossa natureza tropical oferecia aspectos praticamente inéditos, chegando mesmo a se tornar a nossa terra — “o paraíso dos naturalistas” — na expressão de um desses viajores.

Todavia não somente aqueles se sentiam motivados para cá aportarem: também os comerciantes, em virtude da intensificação das relações comerciais com a Inglaterra, após o Tratado de 1810; os missionários protestantes, ingleses e norte-americanos; pintores e desenhistas; técnicos, principalmente ingleses, para as obras públicas, contratados que foram pelo governo imperial; engenheiros, para a exploração de rios ou aberturas de estradas; jornalistas, interessados na sorte dos colonos estrangeiros ou simplesmente à cata de novidades; diplomatas, na defesa dos interesses dos seus compatriotas.

Apesar do valor bastante desigual de toda a literatura dos viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil durante o século XIX, julgamo-la assaz interessante como fonte para o conhecimento das condições de vida no Brasil de então, já que, desejosos de observar os costumes e peculiaridades naturais desta porção do continente americano, aliás,

sobre a qual circulavam as mais desencontradas versões, tais viajores, depois de um estágio mais ou menos longo no país, deixaram-nos suas observações, ora justas e tolerantes, tentando mesmo compreender e justificar as falhas de nossa incipiente evolução sócio-econômica, ora cheias de desprezo e arrogância, mas, sem dúvida, importantes para o conhecimento da vida brasileira, que, realmente, não teria ainda sido alterada no seu sistema patriarcal, e sequer tocada pelas idéias liberais do século XIX.

II — A “TERRA DAS CAMPINAS” E OS VIAJANTES ESTRANGEIROS

Dentre os viajantes estrangeiros do século XIX que percorreram a “terra das campinas”, nos parecem de significativa importância os relatos deixados por Auguste de Saint-Hilaire, A. Emílio Zaluar, Daniel P. Kidder, Couty, J. J. Von Tschudi, Luiz D’Alincourt, não só pela minúcia com que descreveram a região, bem como pela aceitação de nossos problemas e sua compreensão.

Assim é que, o poder descritivo de Saint-Hilaire, com referência a suas viagens através do Brasil, atinge, em certos aspectos, comentários e confrontos de costumes de verdadeiro sociólogo. Em suas páginas encontramos linhas que calam fundo para nossa terra, quando este famoso botânico francês a viu, em 1819, portanto há mais de 150 anos.

Fala-nos de Campinas, na seqüência da descrição que vinha fazendo quando de sua viagem a São Paulo, tendo feito, num só estirão, uma caminhada de quatro léguas. Abrigara-se num rancho, à margem do Rio Atibaia, que ele grafa “Tibáia”, mencionando que a sua travessia era feita por uma ponte que “só era aberta ao trânsito dos que pagam”.¹ Era o famoso imposto de barreira, então em voga.

Comenta-nos Saint-Hilaire que o imposto era muito elevado para o pouco que vira da conservação da ponte... O tributo era (convertido na moeda atual), de Cr\$ 1,04 para pedestres; Cr\$ 3,03 para as pessoas a cavalo ou animais de carga; e Cr\$ 30,30 para os carros de boi. Criticava esse sistema fiscal, pois acreditava que roubava estímulo ao comércio e à agricultura das regiões mais distantes do país.

À medida que se aproximava de Campinas, Saint-Hilaire observava que grandes áreas de terreno eram cercadas de vastas plantações de cana-de-açúcar, frisando que, num espaço de três léguas, encontrara mais de meia dúzia de engenhos de açúcar, dos quais alguns lhe pareceram importantes.

Convém lembrar que, Luiz D’Alincourt, outro viajante que por aqui passara, por volta de 1818, constatou também a existência de nume-

rosos engenhos de açúcar, com notável produção, mencionando que um só fazendeiro era proprietário de doze, cuja renda anual orçava em 80.000 cruzados.²

E nos diz mais: “O açúcar faz o primeiro, e mais considerável ramo de exportação, que monta a cem mil arrobas, por ano; a aguardente o segundo; abunda em milho, feijão, arroz, capados e outros gêneros, de que, depois deduzido o preciso para consumo do país, o restante, que monta a quantidade não pequena, vai abastecer São Paulo, Itu e Sorocaba. Tem muito boas frutas como figos, uvas, limões-doces, limas, pêssegos, laranjas, jabuticabas, melões, melancias, ananases, algumas silvestres, e o terreno é apropriado para a cultura de muitas outras, se não obstasse a isso a incúria dos habitantes. A escravatura forma o principal ramo de importação, depois o sal, ferro, aço, gado, e outros gêneros em menor quantidade.

Geralmente sustenta-se o povo de feijão, toucinho, carne de porco, arroz, e milho. Os preços correntes das produções do país são os seguintes — o açúcar em 1817, regulou a 1280 réis a arroba; o alqueire de feijão a 400 réis; o de milho a 160; o de arroz a 320; os capados de quatro arrobas a 3200, os lombos frescos a 160; as galinhas a 80 réis, & C.”³ Observa-nos ainda que estes preços foram mais alterados com o aumento da população.

Outra importante consideração feita por Saint-Hilaire é com relação ao “termo” de Campinas, que, com uma extensão de cerca de 8 léguas, possuía 6000 habitantes. A cidade era cercada de matas por todos os lados, as ruas não eram muito largas, muito embora possuísse casas novas “unidas umas às outras”, cobertas de telhas e com paredes de taipa.” Quanto à igreja paroquial era “pequena e mesquinha”, e, a maior parte dos habitantes dos arredores dessa região, era constituída de agricultores. Confirma-nos, portanto, os dados apresentados por D’Alincourt anteriormente.

Com relação aos meios de transporte então utilizados para escoamento das safras de açúcar até o porto de Santos, relata-nos Saint-Hilaire, que alguns proprietários possuíam tropas especialmente destinadas a esse fim, havendo também “arrieiros” que contratavam o transporte à razão de (na moeda atual) Cr\$8,84 a Cr\$10,40 a arroba, sendo o trajeto Campinas-Santos feito em 12 dias, e onde cada muar lotado com 8 arrobas, divididas em dois sacos, acondicionadas em cestos de bambu (denominados “jacás”), eram idênticos aos usados em Minas-Gerais para transportar queijos à capital, ou seja, ao Rio de Janeiro.

Chama a atenção de Saint-Hilaire as mulheres campineiras, frisando que estas montavam muito bem a cavalo, embora na mesma posição que os homens, e que, quando cavalgavam, usavam chapéu de fel-

tro e vestiam uma espécie de “amazona”, “feita, comumente, de pano azul”.⁴

Por outro lado, deixa claro igualmente, que as mulheres de Campinas, como as demais do Brasil, durante o sacrifício da missa, mantinham “o corpo e a cabeça envolvidos numa longa mantilha de tecido preto”, embora aí não comente se este hábito era ainda moda na Europa, e se testemunhava sinal de bom-gosto tal costume.

Porém acreditamos pelo depoimento dos viajantes abordados que as mulheres eram no geral bonitas, bem-feitas e muito amáveis e encantadoras no seu modo de ser, conversando animadamente, gostando muito de bailes, jantares e saraus. Segundo Gustavo Beyer, que por aqui esteve em 1813 anotamos: “Nunca vi olhos mais expressivos, dentes mais bonitos e pés mais mimosos...”⁵

Além do mais, confirmando os outros depoimentos, A. Emílio Zaluar, informa-nos, vestirem-se as moças de seda e com muito, mas muito luxo.

Bastante oportunas e incentivadoras foram as palavras do mencionado Zaluar, quando se refere ao progresso geral encontrado no município de Campinas quando cá esteve, em 1860, ou seja, 41 anos após Saint-Hilaire.

Tal progresso, era ligado essencialmente já à cultura do café, observando que a sua produção excedia não só a quase todos os municípios de São Paulo, como também a um grande número de outros que já havia percorrido da província do Rio de Janeiro. Alia este desenvolvimento, não só às excelentes condições do solo campineiro, mas principalmente ao “espírito esclarecido, à iniciativa pronta, ao impulso generoso e livre de seus habitantes”.⁶

E nos diz mais: a vivência dos homens mais antigos da região era transmitida aos seus filhos, e a independência das suas idéias políticas era fato ímpar. Por outro lado, outra grande contribuição a esses homens arrojados era o desenvolvimento da estrada de ferro, chegando mesmo a indagar, **que, se Campinas possuísse melhores meios de comunicação com a Corte, com seu grande mercado, seu desenvolvimento, com certeza, deveria ser ainda maior.**

Dáí seu entusiasmo, entre outras coisas, com relação ao florescente e ativo comércio campineiro, que “já contava cerca de 64 lojas de fazendas e ferragens, 20 armazéns de gêneros de fora, 110 tavernas, tudo pagando direitos à Municipalidade. Além dessas casas de comércio, existem 3 de comissões de importação em ponto grande”.⁷

Interessante é confrontar-se estas observações com as de Daniel P. Kidder, que por Campinas esteve pelos idos de 1839, uma vez que este já teria também observado progresso na região, embora vez ou

outra, encontrando momentos bem difíceis para Campinas, principalmente pela instituição do sistema de crédito, através do qual, pessoas sem capital podiam estragar o negócio dos que dispunham de recursos próprios. “O que agora se encontrava era apenas notas e patações de cobre; prata não se via...”⁸ Era a opinião de um septuagenário que manteve contatos com Kidder.

Ainda pelos depoimentos de Luiz D’Alincourt, em 1818, observamos: “Desde setembro de 1818, até o princípio de 1823 tem crescido consideravelmente em propriedades: o negócio é aí grande; a cada passo encontram-se armazéns de tudo quanto se precisa, algumas lojas de bebidas, e um brilhar; notam-se muitas casas acabadas de fresco, e outras a construir-se, os habitantes trajam-se com muito luxo, e gosto em seus vestiários; finalmente já não merece o nome de pequena Vila”.⁹

Foi justamente entre os anos de 1850 e 1860 que se deu o grande desenvolvimento comercial de Campinas: assim é que, por esta época, entre outros abriu a sua loja de fazendas e armarinho, Antonio Francisco do Amaral Gurgel, e, em 1853, José Rodrigues Ferraz do Amaral e Antonio Joaquim Gomes Tojal; em 1854, sendo esses estabelecimentos de secos e molhados, em grosso e a retalho, bem como de ferragens.

Em 1856, foram criadas muitas lojas de fazendas (finas e grossas), e igualmente de armarinhos, tais como as de Policarpo Alves Cruz, Joaquim Antonio Rodrigues, Manoel J. Lopes dos Santos e muitas outras.

Porém, sem dúvida alguma, as maiores casas havidas por esse tempo, eram as de Raggio & Irmão, Roso & Santos, Joaquim Teodoro Alves, Antonio de Abreu Sampaio, e de ferragens, a de José Artegas e de Maneco Petote.

Em 1865, a Loja do Sol — o sol nasce para todos — de Manoel Pereira Vilares, era uma das melhores também.

Importante ressaltar-se que, em todo esse comércio local, predominava a influência francesa, tanto para a moda no trajar-se, como igualmente no falar e no comer.

Assim, por volta de 1880, abriram suas portas o Restaurante Des Pirinés, muito afamado pela sua cozinha “a la carte”, o Restaurant de France, como os de maior destaque.

Para um completo sortimento de fazendas e adornos, era famosa “La Mode Parisienne”, e em especialidade para crianças “Au Printemps”.

Chapéus, flores, fitas e enfeites os mais variados, encontrados nas casas “La Marguerite”, “Mme. Rose”, ou na Ville de Paris”.

Com relação à vida cultural propriamente dita no município de Campinas, observa-nos Zaluar que os trabalhos artísticos não eram valorizados como deveriam ser, e relembra-nos, por exemplo, o caso de Vitoriano dos Anjos, que fez da capela-mor, da Matriz Nova, um “verdadeiro sonho de artista”, no que diz respeito à obra de talha, que vivia na “mais ignorada obscuridade”. Contudo não se admirava, nem se escandalizava de tal descaso, uma vez que, mesmo nas capitais do Brasil, não teria encontrado outros artistas em melhores condições que este, que vivia numa povoação afastada, no interior.

Por outro lado, observa-nos que o melhor teatro encontrado fora o de Campinas, superior mesmo ao da Capital. Lamentava, contudo, não haver na cidade uma companhia dramática permanente, o que seria bastante oportuno para distração de seus habitantes, que, praticamente, nada tinham para suas noites e lazer.

Contudo, logo depois poderíamos já constatar que, desde 1877, Campinas ouviria concertos dirigidos por Sant’Ana Gomes, onde aparecem já pianistas como Placidina do Amaral e Maria Isabel Gomide, e as cantoras Francisca Jacobina, Letícia Ralston e Adélia Abreu.¹⁰

E, em 1881 e 1882, fazem boa figura nos saraus musicais dos Clubes “Sociedade Carlos Gomes” e Clube Semanal”: Sant’Ana Gomes, Ana Matilde Pinto, Placidina do Amaral, Teresa Pompeu, Adelaide Lopes de Sousa, Ana Sales, Maria José e Francisca de Paula Lopes Camargo, Ana Eméria Lobo.¹¹

Julgamos oportuno, no entanto, traçar um paralelo das observações feitas pelo nosso referido viajante A. Emilio Zaluar e o depoimento de Henrique de Barcelos, em crônica publicada em 1897, num retrato assaz pessimista da urbe campineira em 1869: “A cidade era uma mesquinha aldeia, não havia calçamento. As ruas eram atoleiros. Na Rua Direita, os quarteirões hoje mais freqüentados da cidade, apenas algumas tiras de pedras bicudas, têmor dos calos e alegria dos sapateiros, fingiam de calçamento. Na Rua do Comércio havia buracos enormes onde cabia um homem. Não falemos de outras ruas, principalmente a de Baixo (hoje General Carneiro), onde o comércio tinha maior pujança. Era uma miséria. No presente, na colina onde hoje se eleva a Estação e vistosas construções, oficinas Lidgerwood, Mc-Hardy e elegantes chalés, não havia nada disso, era um campo. Além do Largo do Tanquinho, nem sombra de construções. Não havia a Misericórdia, nem o agrupamento das casas próximas...

No Largo do Rosário, da Cadeia, e do Teatro, a erva crescia. Havia dois colégios, em verdade, mal organizados, oito escolas de instrução primária, onde o que menos se ensinava era ler, escrever e contar. As crianças saíam de lá conhecendo vários vícios e sabendo meter o dedo no nariz. Apenas uma escola particular era exceção à regra geral. A civilização chegava tardia. Os meios de comunicação eram difíceis.”

Eis agora a nossa indagação: teria Zaluar exagerado ou sido condescendente demais na sua observação, ou Henrique de Barcelos, teria, por ser jornalista bastante perspicaz, e por estar a exigir melhores condições de vida a sua terra, pintando tão negramente a situação da cidade nesses idos de 69 ?

Preferimos dizer que, na sua função de homem de imprensa, Barcelos procurava através de suas crônicas a imediata reforma e atualização de sua cidade, enquanto o viajante estrangeiro, aproveitando a sua experiência de homem de cultura e vivência européia, procurava com seu entusiasmo e fervor de elogios, incentivar as plagas por onde passava, mostrando sempre seus aspectos positivos, procurando a cada momento engrandecê-los, e apenas, sorratamente, falando dos aspectos negativos, com quê desculpando-os em nome de um maior e melhor desenvolvimento.

Assim é que, ao referir-se ao desenvolvimento cultural da época, ao contrário de Barcelos que previa já o problema dos desajustes dos menores para a urbe campineira, o nosso referido viajante limitava-se apenas a enumerar as escolas existentes sem analisar-lhes o mérito ou demérito, preferindo tecer considerações às duas associações científicas existentes, que eram o “Recreio Literário de Leitura Campineiro” e o “Gabinete de Leitura”, ambas criadas e sustentadas pelos moços da cidade, mostrando-nos, que os jovens desta área preferiam instruir-se ao em vez de perderem-se em frívolas distrações.

Bastante oportuno igualmente de analisar-se pelo relato do viajante que percorreu Campinas, como estamos vendo, pelos idos do século XIX, o fato de que o retraimento da gente da capital, fazia contraste com a expansão e cortesia da sociedade campineira, que além de acolhedora era bastante simpática.

Evidentemente não poderíamos deixar de lembrar que, em grande parte, esse desenvolvimento da cidade foi devido igualmente à imigração alemã, repetindo aqui as palavras de Von Tschudi, numa citação feita, provavelmente de um jornal austríaco da época (1860), num artigo que dizia: “o povo alemão parece desempenhar para os habitantes do mundo as funções de sal. Assim como o sal, de uma comida

insípida ou mesmo intragável, a faz aceitável ao paladar, assim também age uma dose, convenientemente proporcionada, de alemães no seio de outro povo, exercendo influência benéfica, como é fácil verificar em qualquer parte do globo".¹²

Assim é possível observar-se que certos ofícios e indústrias foram aqui introduzidos por estes imigrantes, como é o caso das pequenas indústrias caseiras e agrícolas, a de laticínios, o de cultivo de legumes e a apicultura.

Entre outras referências lembramos a sua minuciosa descrição sobre a Fazenda Sete Quedas, que, no seu entender, era realmente uma colônia modelar, cultivando principalmente batatas. No entanto, aí igualmente era fabricada a manteiga, o queijo e cultivada a agricultura e o café, salientando sempre a grande vantagem oferecida pelo sistema de parceria.¹³

Em contraposição comenta que o proprietário desta fazenda, Joaquim Bonifácio do Amaral, não estava satisfeito com esses lavradores provenientes do Holstein, pelo temperamento deles e pelo exagero do espírito de economia que possuíam. Não estava mesmo disposto, e confessava isso a Von Tschudi, a receber novos colonos, embora o resultado obtido com o sistema lhe tivesse dado satisfações.

III — CONCLUSÃO:

Nesta genérica visão dos depoimentos de alguns dos viajantes estrangeiros que percorreram a terra campineira no século XIX, podemos facilmente reencontrar a grande base para o progresso da urbe no século atual, bem como a cortesia, a hospitalidade, o desenvolvimento econômico-sócio-cultural enfim, que ela, até hoje, se prima em ter e conservar; despertando cada vez mais viril, radiosa e altaneira para um futuro certo de grandezas, ou ainda como teria dito Zaluar em meados do século passado: "uma garantia da esperança que nutro de sua prosperidade, e dos votos que faço para que a administração provincial..." Enfim que Campinas continue a ter através de sua administração a possibilidade do seu crescente desenvolvimento de todas as suas potencialidades, não renunciando nunca a essa confiança que nela depositamos, pois realmente aí está o "talismã" dos grandes 1

BIBLIOGRAFIA:

- (1) Saint-Hilaire, Auguste de, Viagem à Província de São Paulo, trad. brasileira de Rubens Borba de Moraes, vol. II da "Biblioteca Histórica Brasileira", Livr. Martins, SP, 1940, pág. 146/148.
- (2) Segundo o "escritor de coisas" de Campinas, Benedito Otávio, esse proprietário fora o Brigadeiro Luís Antônio de Sousa.

- (3) D'Alincourt, Luiz, *Memórias sobre a viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*, vol. VIII, "Biblioteca Histórica Paulista", 1953, pág. 52.
- (4) Saint-Hilaire, Auguste de, op. cit., pág. 149/151.
- (5) Beyer, Gustavo, *Ligeiras notas de viagem*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, XII, 289.
- (6) Zaluar, A. Emílio, *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*, Série Brasília, IV, Ed. Cultura, SP., 1943, pág. 149.
- (7) Zaluar, A. Emílio, op. cit., pág. 152.
- (8) Kidder, Daniel P., *Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil (Províncias do Sul)*, Trad. brasileira de Moacir N. Vasconcelos, "Biblioteca Histórica Brasileira", SP, Livr. Martins, Ed. da USP, 1972, pág. 218/219.
- (9) D'Alincourt, Luiz, op. cit., pág. 50.
- (10) A "Província de São Paulo", 22/7/1877.
- (11) A "Província de São Paulo", 10/1/1882.
- (12) Von Tschudi, J. J., *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, trad. brasileira de Eduardo de Lima Castro, "Biblioteca Histórica Paulista", V, Livr. Martins, SP, 1953, pág. 155.
- (13) Von Tschudi, J. J., op. cit., pág. 168.

UM ARROJADO FEITO DA ENGENHARIA BRASILEIRA: A ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

Antônio D'Ávila
(Academia Paulista de Educação)

Do começo deste século, até 1905, os mapas do Estado de S. Paulo apresentavam-se com uma enorme região assim descrita: "Terras desconhecidas habitadas por índios". Constituía essa região perto de um quinto do território do nosso Estado e ficava compreendida entre os rios Tietê, Paranapanema e Paraná, tendo como limite oriental a povoação de Bauru. Bauru, que para alguns significa "cesto de flores", era então a "boca do sertão". E nesse sertão coberto de densa mataria, florestas virgens, só existia um caminho: o caminho do Tietê, por que haviam descido e subido as famosas monções, que partiam de Porto Feliz (Ariritaguaba: lugar onde as araras afiam o bico).

O resto era a selva bruta, fechada, domínio dos índios caingangs bravios, era a maleita, a úlcera de Bauru, o deserto, com poucos moradores perdidos na extensão dos campos.

No dia 1º de julho de 1905 chegava a Bauru a Estrada de Ferro Sorocabana, vindo de Lençóis. Em 1910 a Paulista ali chegava também.

Bauru era então um povoado de casas de madeira, ranchos humildes e uma população de seus quinhentos habitantes. Desenvolveu-se com a chegada da estrada de ferro, tornando-se hoje uma das mais opulentas cidades do Estado e ponto de penetração para o noroeste e Mato Grosso.

A vasta região do noroeste estava começando a povoar-se, com os primeiros cafezais e fazendeiros. E além do Rio Paraná, ficava Mato Grosso, imenso Estado sem comunicações com o resto do país, e sem porto para as suas produções. Era preciso ligá-lo ao porto de Santos e abrir uma estrada de penetração que nos comunicasse também com a Bolívia e Paraguai.

Para esse fim foi organizada uma Companhia com o nome de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 21 de junho de 1904.

A estrada projetada partiria de Bauru e caminharia pelo vale dos rios Tietê e Aguapeí, rumo a noroeste; depois atingiria o Tietê, na altura do Salto das Cruzes, cruzaria esse rio e atravessaria o rio Paraná rumo a Mato Grosso.

A 13 de novembro de 1905 foi iniciada a estrada. Grandes engenheiros brasileiros, sob a direção de João Feliciano da Costa Ferreira, participaram dos trabalhos: Misseno Taveira, Bicalho Tostes, Olavo Hummel, Rodolfo Batista, Carlos Luden, Sílvio Saint-Martin e outros.

De quilômetro a quilômetro avançava a linha, subiam os postes telegráficos, erguiam-se as estações. De Bauru a Cuiabá, deviam ser construídos 1.200 quilômetros. Seis meses depois, perto de 100 quilômetros estavam prontos.

O primitivo traçado da estrada foi modificado, não mais procurando Cuiabá em Mato Grosso, mas Corumbá.

O projeto inteiro da NOB era ligar o porto de Santos ao Oceano Pacífico.

Com os primeiros trilhos começaram a aparecer no mapa ferroviário da região, novas cidades e novas estações, entre outras:

Avaí	(1906)	Penápolis	(1908)
Tibiricá	(1906)	Glicério	(1908)
Presidente Alves	(1907)	Araçatuba	(1908)
Ministro Calmon	(1907)	Val de Palmas	(1909)
Guaiçara	(1907)	Toledo Piza	(1909)
Promissão	(1907)	Lussanvira	(1910)
Avanhandava	(1907)		

De 1910 em diante viriam Birigüi (1912), Mirante (1918), Guarantã (1920), Lins (1921), Cafelândia (1927), Guararapes (1928), Valparaíso (1931), Andradina (1935).

Em 31 de dezembro de 1909 contava-se com o seguinte resultado nos trabalhos da construção: linha colocada, 371 quilômetros; em construção, 163; em assentamento de trilhos, 56, estudada e por estudar, 777 quilômetros.

Para atravessar o rio Paraná, foi criado o serviço de “ferryboat” espécie de balsa para conduzir vagões de estrada de ferro para outro lado do rio Paraná, através de grandes sacrifícios. A grande ponte sobre esse rio, com 1024m de extensão, foi inaugurada em 1927, com o nome de “Francisco Sá”.

A 13 de maio de 1910 foi inaugurada a estação de Itapura, no quilômetro 437. E a 26 de agosto de 1910 chegava a NOB às barrancas do Paraná, a Jupuíá, com novo traçado, a partir de Araçatuba (variante). A 12 de novembro de 1910 alcançavam os trilhos Três Lagoas, continuando depois Mato Grosso adentro.

Com o avanço da Noroeste inicia-se a navegação regular do rio Paraná. O vapor “Rio Brilhante”, comprado na Alemanha, chegou a Santos desmontado. De Santos foi a Bariri, em caixotes. Desceu o Tietê até Itapura, ocasião em que foi preciso construir 18 quilômetros de estra-

da à margem do rio. Armaram-no em pleno sertão em 1908. A seguir vieram mais quatro navios: "Rio Pardo", "Guaíra", "Paraná" e "Amambai".

As estradas de rodagem que se abriram, as Companhias de Colonização que se fundaram, as pontes que se construíram: ponte de Lussanvira, ponte "Francisco Sá" sobre o rio Paraná, ponte "Barão do Rio Branco", sobre o rio Paraguai, com 2025m, os colonos que apareceram, as culturas novas, cidades, vilas, povoados, com escolas, hospitais, indústrias etc., tudo isso revela o extraordinário impulso que trouxe à zona a NOB.

O devassamento da região e a construção da Estrada de Ferro Noroeste formam uma bela página de nossa história, porque esta representa uma epopéia, um trabalho de gigantes contra a fera, o bugre, a floresta virgem, o calor tropical, o frio abaixo de zero, a maleita, a fome, a úlcera. Trabalho de brasileiros, planejado por brasileiros, por engenheiros nossos executado, demonstra o valor da nossa ciência e de nossa técnica.

Iniciada a exploração por pioneiros, tem ela a aumentar-lhe o prestígio, a figura do Pe. Claro Monteiro, de Pindamonhangaba, que à frente de alguns homens, tentou penetrar na região desconhecida, em 1901, para iniciar a catequese do coroadado. Avançando muito, foi flechado pelo bugre impiedoso, às margens do rio Feio. Seu nome é hoje lembrado como o de mártir do nosso progresso.

O Coroadado (tribo possivelmente vinda do Rio Grande do Sul) era o terror do pioneiro, que contra ele organizava expedições destruidoras chamadas "dadas", quando matava o selvagem, roubava-lhe os filhos, queimava os ranchos. Em represália o bugre atacava a estrada de ferro, queimava os dormentes, destruía as linhas telegráficas, assaltava e incendiava os ranchos. Munidos de grandes arcos de quase três metros com flechas de igual tamanho, muitas com pontas de ferro, e de terríveis cacetes, de guarantã, atacavam os trabalhadores, decepavam-lhes os braços e pernas, cortavam-lhes a cabeça e investiam numa frente de 250 quilômetros. Morreram engenheiros, agrônomos, feitores, operários.

Em 1910, à vista da gravidade dessa situação, o Governo Federal criou o Serviço de Proteção ao Índio, confiando-lhe a direção ao então Cel. Cândido Mariano Rondon. Com Manuel Rabelo, Pedro Dantas, Horta Barbosa e outros, em 6 meses, Rondon pacificou os coroados, sendo criadas para eles duas colônias: Icatu e Vanuire. Vanuire é o nome da índia pacificada, que ajudou a catequese do coroadado.

Contra os trabalhos da estrada, à margem do Tietê, principalmente um percurso de 181 quilômetros, a terrível maleita dizimava os trabalhadores. Apesar do alto salário do tempo — 7 mil réis por dia ! ninguém queria ficar na região empestada. Três mil trabalhadores estavam ameaçados pela "tremedeira". A estrada ia parar, quando o Governo man-

dou para a região o sábio Artur Neiva, que conseguiu enfrentar o mal, realizando um trabalho notável de profilaxia e de cura através do quinino.

Afinal a Noroeste do Brasil foi construída. Abrindo a picada na mata, a facção e foice, limpando o leito, varando rios, atravessando pântanos, com água até os joelhos, descendo e subindo rios, estudando o solo, enfrentando o índio traíçoero, a fera e a cobra, conseguiram nossos patrícios, com perseverança, firmeza e patriotismo, ligar o Pacífico, a Bolívia, o Paraguai e Mato Grosso a S. Paulo e ao Porto de Santos. Hoje a estrada Noroeste conta 1540 quilômetros de linha e transporta passageiros e cargas de vastas regiões de nossa Pátria. E com a estrada apareceram na antiga "região desconhecida e habitada por índios" de 1910, grandes cidades como Lins, Araçatuba, Birigüi, Penápolis, Glicério, Andradina, Calmon etc.

Glória pois, aos denodados patrícios que realizaram essa notável obra de engenharia, arrancando riquezas do solo de nossa terra, semeando cidades, plantando lavouras, dominando o impaludismo, enfrentando mil perigos, sem maiores pagas senão a do dever cumprido !

Não poderá ser esquecido, nessa notável façanha, os nomes do engenheiro Sílvio Saint-Martin, flechado e morto pelos coroados, e do agrônomo Cristiano Olsen, também por eles abatido. Também merece lembrado o nome do engenheiro Emílio Schnoor, a quem se deve o traçado da linha.

Outro nome digno de recordação é o do engenheiro Luiz Felipe Gonzaga de Campos, técnico de renome, que primeiro estudou pormenorizadamente a grande região.

Finalmente, cabe-nos lembrar um fato importante. Em 1905, o Governo de S. Paulo resolveu explorar e fazer levantamentos em regiões quase desconhecidas do Estado. Os trabalhos desse devassamento foram feitos pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado, tendo sido estudados cuidadosamente os rios Feio, Aguapeí, do Peixe, Paraná, Paranapanema e Tietê. Os homens dessa Comissão, engenheiros, botânicos, meteorologistas, médicos e enfermeiros, há 75 anos, em canoas, a pé, no lombo de burros, enfrentaram o mosquito, a maleita, o bugre, as feras, os temporais, as enchentes, o frio por vezes 5° abaixo de zero, o calor tropical (37,5°), mas realizaram uma notável façanha: estudaram o solo, o clima, a flora e a fauna, o curso dos rios, os obstáculos deles, usos e costumes dos índios, levantaram plantas, fotografaram regiões e acidentadas da natureza, colheram material para museus, publicaram fartos relatórios.

Parece que não é exagero afirmar-se como outrora se disse: "Ser paulista é um dom de Deus !"

NA SIMPLICIDADE DE UM "DIÁRIO", O RELATO DAS
INVASÕES INGLESAS NO PRATA.Fernando Nogueira
(Unesp — Franca)

Após várias visitas, em caráter de pesquisa, ao Archivo General de la Nación, na cidade de Buenos Aires, deparei-me com uma publicação da Comisión Nacional Ejecutiva Del Sesquicentenário de la Revolución de Mayo cujo título despertou-me pela sua simplicidade: "Diario de Un Soldado".

Trata-se de uma publicação de imenso valor histórico, em forma de crônica, de um dos períodos mais importantes da história argentina, momentos esses, extremamente fecundos, compreendidos entre junho de 1806 e maio de 1810; é, pois, sumamente importante para os estudiosos que se interessam pelo período em apreço. Apesar de inúmeras buscas por parte de vários pesquisadores, ainda permanece uma incógnita: o seu autor é totalmente desconhecido, pois sabemos apenas que "el que escribió estas líneas es soldado del 5 de Patricios", conforme anotação encontrada em uma página de seu diário.

Revela-nos seu autor, um caráter minucioso e detalhista, através de narrações de vários aspectos da vida e do povo portenho, permitindo-nos uma leitura sem causar tédio e sem rebuscamento de frases.

Consideramos que o **Diário** assim composto resulta em documento de valor porque ilumina alguns pontos da história das invasões inglesas ao Rio da Prata. Não tem o estilo seco dos diários militares, dedicados quase exclusivamente a consignar com precisão datas e fatos ocorridos. O **Diário**, não apenas aporta dados concretos, mas principalmente rumores que surgem por toda Buenos Aires, através de conversas de ruas, bares e esquinas.

Este **Diário** vem aumentar o conjunto de memórias similares relativas ao período pré-emancipador argentino, inclusive com mais detalhes e informações que as **Memórias curiosas** de Beruti. Imbuído de um espírito observador, talvez o seu autor tenha querido deixar um testemunho escrito do que ocorria cada dia, a cuja finalidade poderia ser um documento íntimo ou como elemento de trabalho para mais adiante.

É-nos dado extrair do **Diário** informações preciosas sobre o momento político de Buenos Aires no transcorrer do período em que a esquadra inglesa, comandada por Beresford, permanecia frente à capital rio-platense. O clima de suspense em que vivia seus moradores; as divergências de suas autoridades; a falta de movimento em seu comércio; as

acusações a vários espanhóis de serem coniventes com os ingleses; as reuniões promovidas pelo Ayuntamiento; acusações de que Sobremon-te havia tramado juntamente com os invasores a entrega de Buenos Aires; as atividades da Igreja; o reaparecimento dos pasquins; enfim, as informações são inúmeras, permitindo-nos formar uma idéia sobre a verdadeira situação reinante naquele momento histórico.

Além das anotações das ocorrências locais, encontramos no **Diário** significativos dados referentes à situação política européia, principalmente sobre as invasões napoleônicas. Interessa-nos sobremaneira, as notícias sobre a situação portuguesa... "Se an rezivido noticias por un Buque del Brasil que se decia en el Janeiro que Bonaparte pedia al portuges zeraze los puertos al yngles o que le diera 12 millones de pesos para dejarle la neutralidad Parece que este reyno lusitano no se alla con tanto tesoro que le pide se le dise se tema queste Principe rejente se vea obrigado abandonar su reyno y embarcarse para el Brasil yualmente se teme que ayga Gerra con España con dicho Reino"... "En este dia llego de España una Barca en 47 dias de navegacion trajo la contestacion de la Victoria de Bs. Ayres del 5 de Julio las noticias son las siguientes = Aviendole Bonaparte hecho la forsosa al gavinete Portugues mandandole sobre Lisboa 40 (Hay un signo) hombres poniendole 3 capitulos 1º que todas las propiedades Inglesas havian de ser sequestradas. 2º serale los Puertos 3º todo Ingles havia de quedar Prisionero dicen que el P. R. pidio a la propuesta 5 dias de tiempo, que en estos dicen que mando sacar de Lisboa y embarcar a bordo de sus navios y de la Esquadra de los Ingleses que se hallavan hanclados en dicho Puerto las propiedades Inglesas y el tesoro de Lisboa. alajas hasta las de los templos y quanto pudo mandar embarcar de su corte embarcandose el P. R. y toda la Real familia Portuguesa que se dirigio para el Rio Janeyro como ya tenemos noticias aque que el 19 de Enero llegaron al Jeneyro comboyados por navios Portugueses y Yngleses disen que a Bonaparte a sentido mucho de esta bastardia... Se an rezivido noticias del bracil dizen que el 7 de este avia entrado en el Jeneiro el Principe Regente de Portugal comboyado por una esquadrilla de navios de su nacion y ingleses dizen que a los 4 dias de su llegada se icieron a la vela los yngleses corian vozes que se dirigian a europa dizen que el Principe Regente que a los 2 dias de su llegada al Jeneiro mando publicar un vando privando la navegacion con la europa mandando que su comercio devia aserse con las americas del sur y del norte puso nuevos derechos de los acostumbrados parece que no esta mui contentos los comerciantes del brazil macimamente dizen que mandaron desealogar de sus casas a los vecinos para hospedar en ellas a la grandeza que trajo dicho Principe... han entrado en el puerto de Montevideo y desta capital varios buques Portugeses cargados en mercancia Prosedentes del rio Janeiro y de otros puertos del Brasil las noticias que traen dizen que todo esta sin novedad

y que bienen muchos buques cargados como los anteriores... En este dia a llegado a esta capital una corveta Inglesa Procedente del Rio Jeneiro con 11 dias de navegacion con Pliegos para Este Gobierno confirmando las noticias despafia que avian librado a madrid de franceses... Se dize que en el Jeneiro el principe R. y la Carlota havian mandado desterar angola al enviado Cora do que vino a montevideo a tratar de negocios desde el mes de Abril ultimo... En este dia se publico un Bando en esta capital de orden de la señora princesa del Brasil con motivo de la felicidad de aver librado al reino de portugal de enemigos Franceses se manda que el 20 del corriente Se canta el tadeum con misa y que Esta capital agan 3 dias de luminarios y que se avisa a los Ss. Virey de lima y de Sta. fee de Bogota para que Estos manden Zelebrar yqual funcion en sus vireinatos de orden de dicha princesa... en este dia con motivo del Vando de ayer se canto la misa solene y el tedeum con toda solenidad concurieron todos los tribunales y una compañia de cada cuerpo con sus banderas ubo tres salbas de fucilerias y attileria que estaba colocada en esta plaza para el efeto”.

Através desses exemplos, acima citados, colhidos nos relatos quase diários do soldado desconhecido, acreditamos sejam suficientes para evidenciar a importância desse **Diário** para um melhor conhecimento da história portenha no período compreendido entre 1806 a 1810. O material fornecido pelo **Diário** é abundante e, devido à feliz iniciativa de publicação por parte do Archivo General de la Nación Argentina, tomando-o mais acessível, cabe agora aos estudiosos da História aproveitar ao máximo as fontes nele contidas.

*

O VISCONDE DE UBERABA

Wilson de Lima Bastos

(Univ. Federal de Juiz de Fora)

(Alocução proferida na sessão de posse na Academia Paulistana da História.)

Nascido em Vila Rica, MG, no ano de 1792, José Cesário de Miranda Ribeiro faleceu aos 64 anos de idade, no Rio de Janeiro aos 7 de maio de 1856, com o título nobiliárquico de Visconde de Uberaba.

Era filho de Teotônio Maurício de Miranda Ribeiro, que, por sua vez, era filho do Sargento-Mor Manuel Antônio Ribeiro e de Francisca Bernarda de Miranda, de cujo consórcio provém o tradicional sobrenome **Miranda Ribeiro**. Sua mãe era Antônia Luísa de Negreiros Sayão Lobato, filha de André Ceas Lobato e de Maria Josefa da Cunha Matos, esta, por sua vez, filha do Guarda-Mor Alexandre da Cunha Matos e de Antônia de Negreiros, dos quais era neto o Barão de Paraopeba, Romualdo José Monteiro de Barros, sogro do nosso homenageado. Também seus netos eram os demais sete irmãos do Barão, dos quais o primogênito, o Visconde de Congonhas do Campo, Lucas Antônio Monteiro de Barros — 1º Presidente da Província de São Paulo —, filhos, todos eles, do Guarda-Mor Manuel José Monteiro de Barros e de Margarida Eufrásia da Cunha Matos.

Na flor da idade, seguiu para Portugal onde, depois dos estudos preparatórios, obteve ingresso na Faculdade de Direito da veneranda Universidade de Coimbra (matrícula de 11 de outubro de 1816, conforme consta na lista de estudantes brasileiros matriculados naquela Universidade, publicada nos **Anais da Biblioteca Nacional** — Tomo LXII, p. 332), diplomando-se no dia 19 de junho de 1821, aos 29 anos de idade.

No mesmo ano de sua formatura, 1821, ao regressar ao Brasil, era eleito representante da Província de Minas Gerais na Corte de Lisboa, onde passou a figurar ao lado de seu parente e tio de sua esposa Dr. Lucas Antônio Monteiro de Barros, mais tarde Visconde de Congonhas do Campo.

Conforme relata Barros Brotero, em **A Família Monteiro de Barros, São Paulo, 1951**:

“Atravessava o Brasil quadra agitada, crivada de crises políticas; os deputados requereram adiamento da partida, preferindo permanecer no país, onde lavrava intensa agitação patriótica em favor de nossa independência política. Por motivos sobrevindos depois das eleições, desistiram definitivamente da cadeira de representações do Brasil e foram chamados quase todos a desempenhar funções de responsabilidade e a ocupar cargos de confiança.

Coube a José Cesário um lugar de destaque: o de Juiz de Fora da comarca de São João d’El Rei, onde serviu com máximo brilho durante

três anos, tendo nessa qualidade presidido ao ato de juramento da Constituição a 1^o de março de 1824. Exerceu mais os cargos de juiz de fora do crime, no Rio de Janeiro; intendente dos diamantes, em Minas. Desembargador da Relação da Corte, quando requereu e obteve aposentadoria. Alguns biógrafos afirmam ter atingido a cúpula da magistratura: ao Supremo Tribunal de Justiça. Divergimos, não chegou até lá como demonstra o Coronel Laurêncio Lago, no substancioso trabalho "Supremo Tribunal".

Desempenhou José Cesário de Miranda Ribeiro uma gama de diversificadas atividades, entre profissionais, políticas, administrativas e outras de seu interesse pessoal como proprietário agrário no antigo Santo Antônio do Paraibuna, isto é, a Fazenda Remonta do Monte Belo, onde residia. A referida propriedade foi, posteriormente, incorporada ao Exército Nacional (IV Região Militar).

Ei-lo desempenhando o mandato de deputado geral por sucessivas legislaturas. Foi presidente da Província de Minas Gerais, presidente da Província de São Paulo, Conselheiro do Estado, Senador representando a Província de São Paulo, substituindo o Marquês de São João da Palma, por ato estabelecido na Carta Imperial de 22 de fevereiro de 1844. Membro do Instituto Histórico Brasileiro desde 1839, agraciado com as comendas da Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo e o título nobiliárquico de Visconde de Uberaba com as honras de grandeza.

Importante considerar aqui é a alta e reconhecida sensibilidade humana exornando o temperamento e a unidade pessoal do nosso homenageado e patrono, conforme se lê em algumas referências, destacando-se, sobretudo, uma carta de seu próprio punho dirigida à sogra dona Maria Antônia de Oliveira, filha esta do inconfidente José Aires Gomes, falecido em Angola, e de dona Maria Inácia de Oliveira, conforme transcrição do Embaixador Dr. José Bonifácio de Andrada e Silva no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro de 28.08.1946:

"Minha prezada mãe e senhora do meu coração:
Montebelo, 11 de abril de 1853.

Pretendo sair aos 20 do corrente para o Rio de Janeiro, e vou por este meio beijar-lhe a mão e dizer-lhe adeus, muito pesaroso, por não me ser possível fazê-lo pessoalmente.

Ali ter-me-á, minha mãe, às suas ordens durante o tempo da sessão legislativa, depois da qual voltarei muito contente para esse meu Paraíso, donde nunca me separo sem muita saudade.

Estimarei que minha mãe tenha passado mais aliviada e viva longos anos para consolação de todos os seus e peço-lhe por amor de sua filha que não se esqueça de encomendar-me a Deus assim na ida como na volta. Queira aceitar a minha despedida e dispor de boa vontade de seu filho muito amante e obrigadíssimo criado, José Cesário."

Casou-se José Cesário com Maria José Monteiro de Barros, a oitava filha dos Barões de Paraopeba, Romualdo José Monteiro de Barros e Francisca Constança Leocádia da Fonseca, esta filha de José Veríssimo

da Fonseca e Ana Joaquina Felizarda de Oliveira. Por haver falecido Maria José no dia 25 de maio de 1836, não lhe atingiu o título de Viscondessa, pois que o decreto imperial data de 2 de dezembro de 1854. O referido falecimento se deu em São Paulo, quando o nosso homenageado exercia o cargo de presidente da província. Eis como está redigido o óbito (Livro 10 da paróquia da Sé, fls. 53):

“Excelentíssima Dona Maria José Monteiro de Miranda Ribeiro.

Aos vinte e cinco de maio de mil oitocentos e trinta e seis, na freguesia de Santa Ifigênia socorrida com todos os sacramentos, de idade de 34 anos, por moléstia interna faleceu a Excelentíssima Dona Maria José de Miranda Ribeiro, casada com o Excelentíssimo Presidente da Província, Senhor José Cesário de Miranda Ribeiro. Foi encomendada e sepultada nesta Sé. O Cura Manuel da Costa e Almeida.”

Sua segunda esposa foi Ana Cândida de Lima (Viscondessa de Uberaba), filha do Capitão José Rodrigues de Lima e de D. Maria Antônia de Oliveira, acima mencionada, filha do inconfidente José Aires Gomes e de Maria Inácia de Oliveira.

De sua primeira esposa nasceram sete filhos: Dr. Romualdo Cesar Monteiro de Miranda Ribeiro que, juntamente com Pedro Maria Halfeid e Dr. João Nogueira Penido, constitui a tríade dos primeiros médicos na velha Juiz de Fora; Coronel José Cesário Monteiro de Miranda Ribeiro; Antônia Luiza Monteiro de Miranda Ribeiro; Maria Leonor Monteiro de Miranda Ribeiro; Francisca Benedita Monteiro de Miranda Ribeiro; Mariana Monteiro de Miranda Ribeiro; Gabriela Monteiro de Miranda Ribeiro.

A quinta filha, Francisca Benedita Monteiro de Miranda Ribeiro, conhecida por Nanhã da Cachoeira, nascida a 17 de fevereiro de 1824 e falecida, viúva, a 27 de outubro de 1877, casou-se com o Comendador Francisco de Paula Lima, filho de José Rodrigues de Lima e de Maria Antônia de Oliveira, já citada, conhecida por Nanhã do Campo. Do consórcio de Francisco de Paula Lima com Francisca Benedita Monteiro de Miranda Ribeiro estabeleceu-se a família Miranda Lima, de que é descendente direto este que vos fala.

É interessante observar que o ilustre Comendador Paula Lima casara-se, em primeiras núpcias, com sua sobrinha Maria Cândida de Lima, filha de sua irmã Ana Cândida de Lima e seu primeiro marido Joaquim Vidal Lage. Pelo falecimento deste último, Ana Cândida foi a segunda esposa de José Cesário de Miranda Ribeiro, recebendo, então, depois, o título de Viscondessa de Uberaba. Depreende-se, então, pelos dados acima, que o Comendador Francisco de Paula Lima que fora genro de sua irmã, em suas primeiras núpcias, tornou-se, em segundas, genro do Visconde de Uberaba, e este, por sua vez, casando-se, em segundas núpcias, com Ana Cândida de Lima (irmã e ex-sogra do Comendador), tornou-se seu cunhado.

Eis o que me cumpre falar, neste momento de tanta honra para mim ao ser recebido como sócio desta veneranda Academia Paulistana da História, em homenageando a figura ímpar de meu tatravô, que tomei a liberdade de escolher para patrono, pelos seus altos méritos de pessoa humana, cidadão e homem público, assim como por ter sido presidente da Província de São Paulo e seu representante no Senado.

*

"PAULISTA SOU HÁ QUATROCENTOS ANOS"

Mário Pires

(Palestra proferida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 3 de junho de 1981, Reprodução ligeiramente abreviada.)

(...)

Retratemos agora, com as tintas coloridas de uma grande simpatia e admiração, o perfil humano, profissional e intelectual do notável paulista José de Alcântara Machado de Oliveira.

A magnífica fotografia colorida da capa do nº 85, Ano XXXII, de dezembro de 1975, da Revista da Academia Paulista de Letras, mostra uma fisionomia perfeita de Alcântara Machado, cabelos negros, olhar penetrante, nariz aquilino e bigode negro, bem aparado, e nosso biografado ostenta o fardão da Academia Brasileira de Letras.

O exemplar da Revista homenageia o sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II e o centenário de nascimento (19.10.1875), do autor de **Vida e Morte do Bandeirante**. Tendo falecido em 1941, Alcântara Machado viveu, pois, 66 anos. Sua morte ocorreu a 1º de abril de 41; portanto, este ano transcorre o quadragésimo aniversário do seu passamento, o que me ensejou a publicação de artigo a respeito, no "Diário do Povo" de Campinas, em 5 do mesmo mês, domingo.

Na palestra proferida na Academia Paulista de Letras, em 28-10-75, Rui Nogueira Martins, com o título de "História de Um Advogado", assim retrata Alcântara Machado:

"Era sua maneira de ser. Fisionomia séria, ar grave, parcimonioso na palavra e no gesto. Cortês, sem expansões. Sua altivez e pudor o inibiam de cortejar a popularidade, mas explodia em combatividade na permanente dedicação ao público, ao comunitário, ao social. Não era de derramar-se em efusões. Pai e filhos guardavam meia distância, no ambiente característico da época: respeito e autoridade.

As alegrias que a família lhe proporcionava transpareciam no brilho dos olhos. Fora do lar, a mesma linha de sobriedade. Nada de tapinhas nas costas.

Mergulhava cedo no trabalho, a estudar e escrever, na biblioteca quase centenária, enriquecida de mês para mês: durante anos na Rua Sebastião Pereira, de onde contemplava o lampião esgalhado do largo Santa Cecília; a partir de 1927, na rua Frederico Steidel."

Ah ! ruas do bairro de minha adolescência e mocidade! Residi na casa paterna, de 1929 a 32, na bela e arborizada Alameda Barros e a partir de 1935, quase na esquina, na Rua Martim Francisco, por onde transitavam os velhos bondes "Vila Buarque". De lá, ia a pé à Escola Normal da Praça, onde fiz o ginásio e me formei professor normalista. E, sem nem por sonho saber, quantas vezes não teria o jovem adolescente cruzado com um dos Alcântaras, o pai ou o filho !

A propósito, vale lembrar a confusão de muitos, misturando os dois clássicos livros como se de um só autor: o **Vida e Morte do Bandeirante**, do pai e o **Brás, Bexiga e Barra Funda**, do filho, o saboroso cronista dos carcamanos da Paulicéia. Talvez porque este antecederia o outro...

Continuemos, porém, ouvindo o conferencista:

"O tempo escorria entre os livros, a Faculdade de Direito, o escritório de advocacia e as atividades políticas. Vida social pouquíssima. Dificilmente abria mão do chá-das-cinco na cidade, com alguns companheiros que reuniam inteligência, bom-gosto e o prazer dos "potins", sublinhados, de sua parte, com o sorriso de gioconda que lhe emoldurava a ironia. Bem posto, elegante, não dispensava a bengala. Tanto por ser de uso na época, como para corrigir discretamente a ligeira falha no andar, consequência do acidente ferroviário em Itatiba."

Alcântara Machado tinha da volúpia concisão, tanto no que escrevia, como nos discursos ou nas preleções de suas aulas. "Detestava textos derramados, o discurso sem-fim, as divagações em que a lógica da argumentação se perdia e o tempo se esbanjava — prossegue o ilustre conferencista. Elaborou dois Códigos; o de Processo Civil e Comercial do Estado, como membro da Comissão do Senado, antes de 1930 (o que substituiu, em São Paulo, o venerando Regulamento 737, de 1850) e o Código Criminal, depois de Senador da República, em 1938. Sozinho. Também nessas obras a clareza, a simplicidade, a precisão de linguagem denotam o escritor que conhecia o idioma".

O ilustre paulista, porém, foi, antes de tudo, entranhadamente político e dizia mesmo: "aquela classe a que pertenco, a dos políticos." "Incrível como sua incansável operosidade de professor, jurista e historiador ainda lhe permitisse sobras para a ação política."

"Seu espírito público jamais esmoreceu, integrando, mais tarde, o partido situacionista no Estado, como deputado e senador ou inflamando, antes e durante a Constituinte Nacional de 1933, a causa constitucionalista de São Paulo, que nele teve seu grande líder, encaminhando o país para o regime da lei.

Personalidade forte, nascera para líder, não para liderado. Não seria exatamente um homem de partido, mas um homem para os partidos.

Inspirado na lúcida consciência da problemática nacional não hesitava em colocar-se acima de grupos, quando julgava de seu dever bater-se pelo interesse de sua terra”.

Alcântara Machado tinha um poder de síntese e uma fibra extraordinária de lidador incansável. Apesar de ter na política, talvez sua maior atenção, dedicava-se à advocacia, à jurisprudência, à história, à cátedra, à oratória e à literatura com o mesmo interesse e brilho.

Seu livro **Vida e Morte do Bandeirante**, escrito à luz dos documentos e na febre do amor a São Paulo, é o mais fiel repositório da vida e dos costumes de seus ancestrais.

Assim é que descobre num retalho de papel — porque São Paulo, na época do bandeirismo era paupérrimo de recursos — o registro do escrivão paulista, de um inventário, e no verso do retalho, para sua surpresa e encanto, algumas estrofes camonianas. E comenta:

“Ninguém há que não compreenda o simbolismo dessa obra maravilhosa do acaso, que é um fragmento da epopéia dos Gamas e dos Albuquerque, a servir de fecho ao inventário do bandeirante obscuro¹⁴”

Escreveu, ainda, a biografia de seu pai, o barão Brasília Machado, em que se derramou em enlevo filial. Pena que não pôde concretizar seu grande desejo de completar a elaboração de seu livro sobre a biografia do rio Tietê e dizia a Cândido Mota Filho:

“O progresso pode modificar ou desfigurar a índole paulista e sua população pode perder, na sua aparência, as características de sua formação. Mas, São Paulo nunca deixará de ser o que foi enquanto correrem as águas milagrosas do Anhembi...”

E perto da agonia — prossegue o biógrafo — disse a seu filho Brasília: “O Mota que complete a biografia...”

O idealismo de Alcântara Machado foi dedicado à vida pública. Vereador, deputado, e senador da República, presidiu com a juventude do Partido Republicano, a Ação Nacional.

Não li em livro algum, mas visualizo com as tintas e as cores mais refulgentes e brilhantes, a engalanada noite da sessão solene de posse de Alcântara Machado no “Petit Trianon”. Assistência das mais seletas, em que se fundem o social e o intelectual; inúmeros acadêmicos ostentando o vistoso e rico fardão e a mesa, com o presidente, o recipiendário, o erudito membro que responderá ao discurso do neo-acadêmico, o médico-escritor Afrânio Peixoto, e as mais altas autoridades.

Estamos em plena noite de 20 de maio de 1933, quase há um ano do 23 de maio, que imolou, na Praça da República, Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo.

Sessão eletrizante, nervosa, porque a maioria sabia do ardor bandeirante do novo acadêmico e São Paulo sangrava ainda as feridas da sacrossanta Revolução Constitucionalista de 32 !

Dada a palavra ao novo membro que era recebido em noite de gala, faz-se silêncio completo, impressionante, absoluto. Vai falar a voz do paulista arrebatado que não disfarça, no entanto, o seu acendrado brasileirismo.

Disseram, os que tinham a ventura de escutá-lo, que Alcântara Machado falava com entonação macia, velada, quase imperceptível, mas, ao se aproximar do clímax da oração, sua voz ia-se alteando e o orador transformava-se, transfigurava-se.

Dir-se-ia a impressionante peça sinfônica de Tchaikowsky, a famosa "Abertura 1812", que principia com notas e melodia calmas, suaves, sutis "allegro, ma non troppo", e vai, aos poucos, se avolumando, até chegar ao máximo da excitação e do volume, quando os instrumentos musicais fundem-se com os carrilhões e os canhões !

Deve ter sido assim, também, a oração de Alcântara Machado, com a sua voz estrondejando quando já no final ele proclama, inflamado, o seu acendrado amor a São Paulo e quase indignado, sua formação de brasileiro:

" — Assim, nem por gracejo se lembraria alguém de pôr em dúvida o meu brasileirismo, porque PAULISTA SOU HÁ 400 ANOS ! "

Que de emoção, que de arrebatamento não devem ter coroados com os aplausos quentes e infindáveis, as palavras finais do novo acadêmico ! E sob o impacto do acontecimento — parece que aquela noite era uma noite predestinada ! — ergue-se outra fulgurante e arrebatada voz, a de Afrânio Peixoto, em seu discurso de recepção.

Fala o médico-escritor:

" — ...vós constituís singular e honrosíssima exceção: sois o único bacharel, professor de Medicina Legal de uma Faculdade superior, após concurso público de provas que vos deram renome: sois hoje o príncipe dessa Medicina Legal no Brasil. Vossas memórias, escritos, lições, tratados, instruem minhas afirmações, que não serão contestadas. Por elas estareis bem aqui, como os grandes médicos ou juristas que se assentaram na Academia Francesa."

E o orador fala do livro consagrado:

"No melhor de vossa obra, a **Vida e a morte do bandeirante**, em que sentistes e dissestes a obra formidável dos que, devassando o Brasil, lhe fizeram a periferia regional dilatada, há, debruçado sobre o vosso ombro de escritor, a sombra ancestral de Machado d'Oliveira, bandeirante moderno que, pela ação, vos daria os hereditários acentos de evo-

cação comovida... Esse livro vos conduz à Academia, que vosso ilustre avô imaginou, para vós... Esse livro é trecho de história do Brasil, o melhor da nossa história colonial, a que não se aprende nos tratados formais, escumadeira do que sobrenada, por leve ou visível, mas que não diz da vida que ferve e tumultua obscura, ignorada, aos que não sabem sentir e observar. No vosso livro é que se sente nascer e vagir o Brasil infante. O Brasil que ia ser e seria, e será o Brasil, porque nasceu e cresceu forte e digno. Tanto, que não conseguimos acabar com ele, nós, desse Brasil, leviano e tonto, o Brasil superficial.”

E, já no auge da emoção, Afrânio Peixoto exclama:

“ – Como vós amais a esse Brasil, senhor Alcântara Machado, no vosso amor a São Paulo ! Tanto, que sois um retrato de vossa terra, um resumo de vossa gente, quando exclamais que “São Paulo não é apenas uma terra de fartura e de prosperidade: é para todos aqueles que trabalham conosco pela grandeza do Brasil, uma terra de hospitalidade e de justiça.”

Ainda devem ecoar por todo o salão da Academia Brasileira de Letras, as palavras desses dois grandes de nossas letras e de nossas ciências. Mas, naquela noite de 20 de maio de 1933, lá estava outro paulista arrebatado e arrebatador, o exuberante e humaníssimo médico-poeta santista, Martins Fontes. Coração mole, alma emocionável ao extremo, podemos adivinhá-lo, olhos umedecidos, no extremo da emoção.

Tanto que pouco tempo depois, em sua São Vicente, Martins Fontes entrega a outro grande amigo de Alcântara Machado, o saudoso acadêmico Cândido Mota Filho, o soneto glorificando o autor de “Vida e Morte do Bandeirante” e que este lê para o homenageado, num grande clima de emoção:

“ – Por sua vez, – diz Mota Filho – fui obrigado a lê-lo para Alcântara Machado, porque sua emoção o impedia de fixar as letras e alterar a voz. Vou agora repeti-lo, em homenagem ao poeta, e ao escritor:

“Paulista sou há quatrocentos anos !
Imortal, indomável, infinita,
Dos mortos de que venho ressuscita
A alma bandeirante sobre-humana.

Tenho o orgulho de nossos aótiplos,
Tenho a paixão da gleba circunscrita
Quero morrer ouvindo a voz bendita,
dos pausados cantares paulistanos.

Da minha terra para a minha terra
Tenho vivido. Meu amor encerra
A adoração de tudo quanto é nosso,

Por ela vivo num perpétuo enlevo
E incapaz de servi-la quanto devo,
Quero, ao menos, amá-la quanto posso !”

Por sinal, que o muito ilustre acadêmico e embaixador, paulista e brasileiro dos mais eminentes, que, nos últimos meses tanto tem-me honrado com suas cartas elucidativas de fatos de nossa história, o doutor Ernesto Leme, exalta sua terra natal, sua Bragança Paulista, chamando-a de “Cidade-Poesia” pela limpidez de seu céu, formosura de seus campos, perfume de suas flores, graça de suas mulheres, bravura de sua gente, grandeza de sua história” e faz suas, as palavras do poeta: “E incapaz de servi-la como devo, quero ao menos amá-la quanto posso.”

Mas, os desígnios de Deus são misteriosos e às vezes incompreensíveis para nós. Pouco tempo depois, desencadeia-se para Alcântara Machado, nova tormenta de emoção, desta vez, de dor intensa. Morre-lhe, em plena mocidade, o querido filho Antônio, que seria, com mais alegria, o continuador de sua obra de intelectual.

Então, cessam as notas e a melodia estrondante da “Abertura 1812”, para se ouvirem os sons plangentes de um Noturno de Chopin. E revela-nos, ainda, Mota Filho:

“Esse pressentimento da morte começou a habitar-lhe o espírito depois que perdeu o filho Antônio. Desde então, era um homem triste e acabrunhado. Sua timidez aumentou, como se alguma parte de seu ser tivesse morrido. Ao oferecer-me a biografia do velho Brasília Machado, escreveu a seguinte dedicatória, expressiva por demais: “Ao Mota Filho, que foi amigo dele !”

Os exemplos dignificantes de nossos grandes “homens-bons” do passado — porque, no presente, os políticos e homens públicos fazem dos cargos motivo de vaidade e corrupção — levam-nos aos seus nobres ideais, como, por exemplo, um barão de Mauá. Em seu valioso livro biográfico sobre esse extraordinário brasileiro, o escritor Alberto de Faria, (não confundir com Alberto Faria, sem a preposição, que tanto brilhou em Campinas) fazendo-lhe o merecido elogio e reabilitação, escreve, entre outras coisas:

“Pouco restava de sua veneranda memória nas reminiscências da geração de 1903, catorze anos apenas depois de sua morte.

O que o salvava no esquecimento era o fragor de sua queda; falava-se ainda nela. Iam-se dispersando, entretanto, sem deixar vestígios, os documentos psicológicos dessa grande vida na partilha carinhosa de sua valiosa correspondência, que estavam fazendo filhos e netos, aos quais feria o espinho cruel da injustiça da sorte e da ingratidão nacional,

tragando resignados e silenciosos uma dor que não reagia; os próprios livros comerciais, os seus e os das empresas que criou, já não se sabia por onde andavam. No Banco do Brasil, que foi o depositário de sua falência e liquidatário de uma empresa importantíssima, tinha sido reclamado pelo desenvolvimento dos serviços o espaço ocupado por seus papéis, e o fogo, oficialmente autorizado, queimou solenemente esses riquíssimos arquivos de nosso progresso material.

Como poderia estar tão ingratamente esquecido esse homem extraordinário?! Mas, o esquecimento de Mauá era de causar pasmo, quando, em todos os ângulos deste país, havia, em obras de gozo público, o atestado palpitante de sua passagem, em cada patrimônio municipal ou estadual a conta do débito de uma estátua merecida — “uma em cada Estado do Brasil”, como escreveu Aluísio Azevedo.”

Outro exemplo dignificante de patriotismo sincero e absoluto, é o do desventurado jovem rioclarense Siqueira Campos, que deixou esta frase lapidar:

“À Pátria tudo se deve dar e nada pedir, nem mesmo compreensão!”

Por tudo isso pode-se perguntar: Valeu a pena? A Pátria compreendeu-os e lhes foi reconhecida? Talvez devamos repetir as palavras da ilustre filha do benemérito campineiro barão Geraldo de Rezende, d. Amélia, que, magoada, enfeixou o livro biográfico do pai ilustre, repetindo as palavras do Padre Antonio Vieira, e aplicando-as ao seu genitor:

“Se servistes vossa pátria e ela vos foi ingrata, fizestes o que devíeis, e ela o que costuma...”

E eu pergunto, para encerrar: Lembra-se a Pátria e a maioria de seus filhos, deste grande paulista e brasileiro que foi José de Alcântara Machado de Oliveira, cuja morte passou-se em 1^o de abril de 1941 e que agora lembramos quarenta anos de seu passamento?

Pelo menos nós, deste venerando e consagrado sodalício, não o esquecemos.

*

A PROPÓSITO DO CENTENÁRIO DE LIMA BARRETO

L. G. Horta Lisboa

(Conferência proferida na Academia Campinense de Letras em novembro de 1981, comemorando o centenário de nascimento de Lima Barreto)

O Brasil comemora, neste ano, o centenário de nascimento do escritor Lima Barreto. Quis a Academia Campinense de Letras, também, registrar o evento e, por essa razão, aqui estamos, por indicação do acadêmico Odilon Nogueira de Matos.

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu no Rio de Janeiro, no dia 13 de maio de 1881. Filho de modesto funcionário público, depois de terminar o curso no Colégio Pedro II, ingressou na Escola Politécnica do Rio. Entretanto, devido à doença do pai, precisou abandonar os estudos universitários, em 1902, e passou a exercer a profissão de jornalista. Alguns meses depois, por concurso, obteve um lugar de amanuense na Diretoria do Expediente da Secretaria da Guerra.

E assim, procurava equilibrar a sua vida financeira, entre as funções de funcionário do Ministério da Guerra e as atividades de imprensa.

Resolve em 1904, dedicar-se à ficção. Nessa época escreve o romance **Clara dos Anjos**, que só apareceria postumamente, e começa a levar uma existência irregular, bebendo em excesso. Por duas vezes foi internado no Hospício Nacional.

Apesar das dificuldades, é vasta a sua obra literária.

Publicou os seguintes romances: **Recordações do Escrivão Isafas Caminha** (1909), **Triste Fim de Policarpo Quaresma** (em folhetim no "Jornal do Comércio", do Rio, em 1911 e em volume em 1915), **Numa e a Ninfa** (publicado em folhetins de "A Noite", do Rio de Janeiro, em 1915 e em volume no mesmo ano), **Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá** (1919), **Clara dos Anjos** (publicado em folhetins da Revista Sousa Cruz", em 1923 e 1924 e em volume no ano de 1948).

Posteriormente, isto é, em 1956, a Editora Brasiliense publicou, graças ao trabalho de Francisco de Assis Barbosa, as obras completas de Lima Barreto, em 17 volumes.

Em seu tempo, Lima Barreto conseguiu impor-se como escritor, mas a sua consagração veio bem mais tarde. O movimento modernista, que põe em destaque a literatura de fundo social, concorreu para essa consagração. No entanto, Lima Barreto não compreendeu as características desse movimento literário, acreditando ser ele uma imitação do futurismo de Marinetti.

Ao ler um dos números da revista "Klaxon" dos modernistas, Barreto escreveu um artigo condenando o movimento. E ao final da crítica afirma: "O que há de azedume neste artiguete não representa nenhuma hostilidade aos moços que fundaram "Klaxon", mas sim a manifestação da minha sincera antipatia contra o grotesco futurismo, que no fundo, não é senão brutalidade, grosseria e escatologia, sobretudo esta".

Era um grande romancista urbano, retratando aspectos do Rio de Janeiro, principalmente de seu subúrbio. Mas, dentro desse cenário, usava a sátira e o sarcasmo contra o poder. Através da literatura, ele investe contra os poderosos.

A respeito do seu comportamento literário, Francisco de Assis Barbosa escreveu: "É claro que a condição de mulato — e mulato incompreendido e até certo ponto perseguido — influenciou a obra de Lima Barreto. Mas isso não é tudo. Há nela muito mais do que uma reação meramente instintiva de um profundo sentimento humano e de uma admirável compreensão do fenômeno social. Vamos ser sinceros: não será possível proceder-se à revisão da nossa história republicana do 15 de novembro ao primeiro 5 de julho, trabalho que tanto se impõe, sem recorrer aos romances, contos, crônicas e artigos de Lima Barreto".

Em "Numa e a Nífa", Lima Barreto usa a ficção para focalizar políticos da época. Wilson Martins, em "História da Inteligência Brasileira", esclarece: "Quando apareceu em livro, dois anos mais tarde, João Ribeiro viu-o como um "estudo da vida social e política do nosso tempo. É realmente um dos raros livros que espelham, com verossimilhança, se não com fidelidade, os vícios e costumes da sociedade política". É uma sátira ideologicamente "civilista", não só porque tem por alvo o Marechal Hermes da Fonseca (General Bentes) e seus amigos, a propósito das manobras que resultaram na sua candidatura à presidência da República, mas ainda porque Lima Barreto renova, em termos ainda mais vivos, as suas críticas a Floriano Peixoto e ao florianismo. As personalidades visadas foram identificadas com tanto maior facilidade pelos contemporâneos quanto o jornal lhes havia publicado todos os nomes sob caricaturas identificadoras: Pinheiro Machado, Rivadávia Correia, Antônio Azeredo, Lauro Müller, Hermes da Fonseca, João Laje (vítima de novo, como já o tinha sido de Mário Rodrigues), Paulo de Frontin, Luís Bartolomeu, Leão Veloso e Sabino Barroso".

Lima Barreto não era contundente apenas nos aspectos políticos. Além de grande parcela autobiográfica contida em seus romances, o escritor procurava abalar certas convicções que considerava falsas. Contrariando as idéias de Alberto Torres, que enaltecia as nossas possibilidades agrícolas e o nacionalismo ingênuo de Afonso Celso, ele escreveu o **Triste Fim de Policarpo Quaresma**.

Este trecho é o retrato de uma época:

O que mais impressionou no passeio foi a miséria geral, a falta de cultivo, a pobreza das casas, o ar triste, abatido de gente pobre. Educada na cidade, tinha ela dos roceiros idéia de que eram felizes, saudáveis e alegres. Havendo tanto barro, tanta água, por que as casas não eram de tijolos e não tinham telhas? Era sempre aquele sapé sinistro e aquele "sopapo" que deixava ver a trama de varas, como o esqueleto de um doente. Por que ao redor dessas casas, não havia culturas, uma horta, um pomar? Não seria tão fácil, trabalho de horas? E não havia gado, nem grande nem pequeno. Era raro uma cabra, um carneiro. Por quê? Mesmo nas fazendas, o espetáculo não era mais animador. Todas soturnas, baixas, quase sem o pomar olente e a horta suculenta. A não ser o café e um milharal, aqui e ali, ela não pôde ver outra lavoura, outra indústria agrícola. Não podia ser preguiça só ou indolência. Para o seu gasto, para uso próprio, o homem tem sempre energia para trabalhar. As populações mais acusadas de preguiça, trabalham relativamente. Na África, na Índia, na Cochinchina, em toda a parte, os casais, as famílias, as tribos, plantam um pouco, algumas coisas para eles. Seria a terra? Que seria? E todas essas questões desafiavam a sua curiosidade, o seu desejo de saber, e também a sua piedade e simpatia por aqueles párias, maltrapilhos, mal alojados, talvez com fome, sorumbáticos! ...

Pensou em ser homem. Se o fosse passaria ali e em outras localidades meses e anos; indagaria, observaria e, com certeza, havia de encontrar o motivo e o remédio. Aquilo era uma situação do camponês da Idade Média e começo da nossa: era o famoso animal de La Bruyère que tinha face humana e voz articulada...

Como no dia seguinte fosse passear ao roçado do padrinho, aproveitou a ocasião para interrogar a respeito o tagarela Felizardo. A faina do roçado ia quase no fim; o grande trato da terra estava quase inteiramente limpo e subia um pouco em ladeira a colina que formava a lombada do sítio.

Olga encontrou o camarada cá em baixo, cortando a machado as madeiras mais grossas; Anastácio estava no alto, na orla do mato, juntando, a ancinho, as folhas caídas. Ela lhe falou,

- Bons dias, "sá dona".
- Então trabalha-se muito, Felizardo?
- O que se pode.
- Estive ontem no Cariço, bonito lugar... Onde é que você mora, Felizardo?
- É doutra banda, na estrada da vila.
- É grande o sítio de você?
- Tem alguma terra, sim senhora, "sá dona".
- Você por que não planta para você?
- "Quá sá dona!" O que é que a gente come?
- O que plantar ou aquilo que a plantação der em dinheiro.
- "Sá dona tá" pensando uma coisa e a coisa é outra. Enquanto planta cresce, e então? "Quá sá dona", não é assim.

Deu uma machadada: o tronco escapou; colocou-o o melhor no picador e, antes de desferir o machado, ainda disse:

— Terra não é passa... E “frumiga”?... Nós não “tem” ferramenta... isso é bom para italiano ou“alemão”, que governo dá tudo... Governo não gosta de nós...

Desferiu o machado firme, seguro; o rugoso tronco se abriu em duas partes, quase iguais, de um claro amarelado, onde o cerne escuro começava a aparecer.

Ela voltou querendo afastar do espírito aquele desacordo que o camarada indicara, mas não pôde. Era certo. Pela primeira vez notava que o *self-help* do Governo era só para os nacionais; para os outros todos os auxílios e facilidades, não contando com a sua anterior educação e apoio dos patrícios”.

Este é também um trecho significativo: “O major levantou-se, agarrou o castiçal e foi à dependência da casa donde partia o ruído, assim mesmo como estava, em camisa de dormir.

Abriu a porta; nada viu. Ia procurar nos cantos, quando sentiu uma ferroada no peito do pé. Quase gritou. Abaixou a vela para ver melhor e deu com uma enorme saúva agarrada com toda a fúria à sua pele magra. Descobriu a origem da bulha. Eram formigas que, por um buraco no assoalho, lhe tinham invadido a despensa e lhe carregavam as reservas de milho e feijão, cujos recipientes tinham sido deixados abertos por inadvertência. O chão estava negro, e carregadas com os grãos, elas, em pelotões cerrados, mergulhavam no solo em busca da sua cidade subterrânea.

Quis afugentá-los. Matou uma, duas, dez, vinte, cem, mas eram milhares e cada vez mais o exército aumentava. Veio uma, mordeu-o, depois outra, e o foram mordendo pelas pernas, pelos pés, subindo pelo seu corpo. Não pôde agüentar, gritou, sapateou e deixou a vela cair”.

Os contratemplos foram tantos, que Quaresma cansou-se da terra. Surge a revolta de 1893 e ele, patriota que era, alista-se como voluntário das forças legalistas.

Daí por diante, o romancista procura focalizar o lado negativo de Floriano Peixoto. É evidente sua ironia.

É expressivo o sabor deste trecho:” — O Canhão ! Já ! Avante ! ordenou o comandante. E, em seguida, nervoso, recomendou:

— Esperam um pouco.

Correu a casa e foi consultar os seus compêndios e tabelas. Demorou-se e a lancha avançava, os soldados estavam tontos e um deles tomou a iniciativa: carregou a peça e disparou-a.

Quaresma reapareceu correndo, assustado, e disse, entrecortado pelo resfolegar:

— Viram bem... a distância... a alça... o ângulo... É preciso ter sempre em vista a eficiência do fogo.

Fontes veio e sabendo do caso no dia seguinte riu-se muito:

— Ora, major, você pensa que está em um polígono, fazendo estudos práticos... Fogo para diante !

E assim era. Quase todas as tardes havia bombardeio, do mar para as fortalezas, e das fortalezas para o mar: e, tanto os navios como os fortes, saíam incólumes de tão terríveis provas”.

Em **Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá**, o estilo é superior ao dos livros anteriores. Sobre ele, escreveu Wilson Martins: “É, de novo, como todos os romances de Lima Barreto, a transposição fictícia do seu próprio malogro: agora, no destino pessoalmente frustrado do menino Aleixo Manuel (pois Gonzaga de Sá morre antes de poder transformá-lo num “novo Tito Lívio de Castro”), o romancista esboça a sua própria história, afilhado de poderoso político, estudante incapaz de concluir o curso da Politécnica, ébrio habitual, cliente periódico do hospital de alienados, em algum momento, procura responsabilizar “a sociedade” por suas próprias insuficiências, ou, racionalizadamente, a educação que tivera, superior, antagonica e imprópria à sua condição social, o narrador de “Gonzaga de Sá” sabe, no íntimo de si mesmo, onde está a verdade: “os culpados do que eu sofria não eram a minha educação nem a minha instrução. Era eu mesmo; era o meu gênio; era o meu orgulho aliado a um estúpido medo”.

Por isso mesmo, a metáfora mais pungente do seu destino é a narrativa “O inventor e a Aeronave”, encontrada entre os papéis de Gonzaga de Sá. Trata-se da história do homem dominado pela idéia fixa de voar, desde a mais tenra infância”.

Neste volume, também o romancista lança sátiras contra a sociedade e o Barão do Rio Branco.

Ao que parece, Lima Barreto confiava muito no poder demolidor da palavra impressa, usando-a como arma para abalar o prestígio de certos costumes. Foi publicamente contra o telefone, o cinema e o futebol.

Após a publicação da **Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá**, Lima Barreto fez a segunda tentativa para ingressar na Academia Brasileira de Letras. Candidatou-se à vaga deixada por Emílio de Menezes, outro boêmio de renome. Em 21 de abril de 1919, João Ribeiro comentava em artigo: “poucos, pouquíssimos, poderiam disputar-lhe essa consagração”. Mas, não foi eleito. No entanto, em 1920, a casa de Machado de Assis premiaria o seu romance **Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá**.

Talvez que a página mais conhecida de Lima Barreto, seja o seu conto **O Homem que Sabia Javanês**. É escrito em estilo atraente e ao mesmo tempo alegre. Seria interessante lembrar aqui o início dessa narração:

“Em uma confeitaria, certa vez, contava eu as partidas que havia pregado às convicções e à respeitabilidade, para poder viver.

Houve mesmo dada ocasião, quando estive em Manaus, em que fui obrigado a esconder a minha qualidade de bacharel, para mais confiança obter dos clientes, que afluíam ao meu escritório de feiticeiro e adivinho. Contava eu isso.

O meu amigo ouvia-me calado, embevecido, gostando daquele meu Gil Brás vivo, até que, em uma pausa da conversa, ao esgotarmos os copos, observou a esmo:

– Tens levado uma vida bem engraçada, Castelo !

– Só assim se pode viver... Isto de uma ocupação única: sair de casa a certas horas, voltar a outras, aborrece, não achas ? Não sei como me tenho agüentado lá, no consulado !

– Cansa-se; mas, não é disso que me admiro. O que me admiro é que tenhas corrido tantas aventuras, neste Brasil imbecil e burocrático.

– Qual ! Aqui mesmo, meu caro Castro, se podem arranjar belas páginas de vida. Imagina tu que eu já fui professor de javanês !

– Quando ! Aqui, depois que voltaste do consulado ?

– Não; antes. E, por sinal, fui nomeado cônsul por isso.

– Conta lá como foi. Bebes mais cerveja ?

– Bebo.

Mandamos buscar mais outra garrafa, enchemos os copos e continuei:

– Eu tinha chegado, havia pouco, no Rio e estava literalmente na miséria. Vivia fugido em casa de pensão, sem saber onde e como ganhar dinheiro, quando li no “Jornal do Comércio” o anúncio seguinte:

“Precisa-se de um professor de língua javanesa. Cartas etc.”

Ora, disse cá comigo, aí está uma colocação que não terá muitos concorrentes; se eu capiscasse quatro palavras, ia apresentar-me. Saí do café e andei pelas ruas, sempre a imaginar-se professor de javanês, ganhando dinheiro, andando de bonde e sem encontros desagradáveis com os **cadáveres**. Insensivelmente, dirigi-me à Biblioteca Nacional. Não sabia bem que livro iria pedir; mas, entrei, entreguei o chapéu ao porteiro, recebi a senha e subi. Na escada, acudiu-me pedir a “A Grande Enciclopédia”, letra J, afim de consultar o artigo relativo a Java e à língua javanesa. Dito e feito. Fiquei sabendo, ao fim de alguns minutos, que Java era uma grande ilha do arquipélago de Sonda, colônia holandesa, e o javanês, língua aglutinante do grupo malaio-polinésio, possuía uma literatura digna de nota e escrita em caracteres derivados do velho alfabeto hindu.

A “Enciclopédia dava-me indicação de trabalhos sobre a tal língua malaia e não tive dúvidas em consultar um deles. Copiei o alfabeto, e sua pronunção figurada e saí. Andei pelas ruas perambulando e mastigando letras”.

E nesse tom, continua Barreto a história do incrível Castelo, inteligente, sagaz, que conseguiu o emprego de professor de javanês, base de sua nomeação para o cargo de cônsul.

O escritor Affonso Henriques de Lima Barreto morreu, no Rio de Janeiro, a 1.º de novembro de 1922. Logo depois de sua morte, o seu editor publicava **Bruzundangas**, panfleto nacionalista, em que pregava uma reformulação da sociedade e da política, consideradas corruptas.

A obra literária de Lima Barreto foi esquecida, durante algum tempo. Agrippino Grieco, em 1933, teve a primazia de destacá-la, em

Evolução da Prosa Brasileira, e desde então, ela passou a figurar na história literária do país e em antologias escolares.

Segundo seus biógrafos, Lima Barreto viveu com problemas mentais, refugiava-se no alcoolismo e procurava assim anular os seus complexos.

Entretanto, vivendo apenas 41 anos, apesar das vicissitudes, deixou uma obra literária vasta e variada. Foi um autêntico escritor e merece esta consagração.

*

O "BRASILEIRO" STEFAN ZWEIG

Antônio Chiarello

No início da década de 30, deste século, o escritor mais popular na Europa — e talvez no mundo — era um judeu vienense, nascido no dia 28 de novembro de 1881. Pertencente a família abastada, Stefan Zweig teve, desde criança, todas as condições para escolher os seus caminhos e para se dedicar, integralmente, à sua predestinação vocacional: o culto da Literatura e da Arte.

Desde cedo, abominou todas as formas de limitação, eis que, em toda a sua vida, o seu sentimento mais forte foi o de ser livre. Por isso, passou pela escola sem amá-la e fez um curso universitário apenas para atender à vontade da família, mas sem frequentar as aulas, limitando-se a fazer os exames, para conquistar um diploma que nunca usou.

A adolescência já foi, para ele, o clima para uma intensa vida cultural, na leitura, nos debates, no convívio com os círculos artísticos, na elaboração dos seus primeiros poemas e contos.

Livre da Universidade, o jovem Stefan Zweig ganhou o mundo. Durante anos, viajou em todas as direções, sem parar, lendo, observando, ligando-se, pela amizade e pela identidade espiritual, aos grandes escritores e artistas da Europa. Com uma paixão insaciável, procurava as livrarias, os museus, os arquivos, os teatros os "ateliers" de arte. Ou caminhava anonimamente pelas ruas e estradas do mundo, observando o povo, recolhendo tipos que depois transmigraria para suas novelas e seus romances. Ao mesmo tempo, em qualquer lugar que estivesse, escrevia incansavelmente. Artista da palavra, esteta da frase, com um estilo rico e musical, com uma extraordinária capacidade de chegar ao fundo da alma dos personagens — como se usasse um cateter com uma luzinha para lhe mostrar a noite do Inconsciente — o escritor ainda jovem começou a conhecer o sucesso. As editoras esperavam avidamente seus livros, os teatros pediam-lhe peças, os jornais e revistas acolhiam seus trabalhos.

Nessa atividade febril e bem sucedida — escrevendo, traduzindo, viajando — colheu-o a Primeira Grande Guerra. De repente, Stefan Zweig tinha que considerar "inimigos" os melhores amigos que possuía em outros países, seus irmãos na Arte e na Cultura. Os outros escritores, seus compatriotas, exaltavam a guerra e o ódio. Mas ele era um humanista e um pacifista. E o que escreveu foi um artigo intitulado "Aos amigos no estrangeiro", no qual combatia a guerra e defendia a Paz. Antes que a guerra terminasse, Zweig conseguiu ser liberado do cargo burocrático em que servia, e transferiu-se para a Suíça, onde podia conviver com amigos de outras nacionalidades, intelectuais que, como ele, batiam-se pela Paz.

Finda a guerra, voltou para a pátria. Foi viver em Salzburg, a pacata cidade de Mozart. Foram anos calmos, nos quais Stefan Zweig atingiu o auge de seu triunfo em todo o mundo. Seus livros editavam-se aos milhões, traduzidos em dezenas de idiomas, publicados inclusive em versões estenográficas e em versões para cegos. Seus amigos eram os maiores espíritos da época, os mais altos nomes da Literatura, da Arte, da Cultura, em numerosos países. Escrevia infatigavelmente, viajava, fazia conferências, pesquisava, caçava apaixonadamente autógrafos e manuscritos raros, que colecionava com carinho.

Era, sem dúvida, o mais popular escritor europeu naquele início da década de 30, quando, novamente, as nuvens do infortúnio caíram sobre ele e sua pátria. Adolf Hitler lançara a sombra do nazismo sobre a Europa. Da Alemanha, ela se espalhou sobre as nações vizinhas e logo o anti-semitismo começava a fazer as suas vítimas. Stefan Zweig viu a fúria desabar contra a sua raça e contra seus amigos. Um dia, a sua casa foi invadida pela polícia. Logo, seus livros foram queimados e proibidos.

O escritor tinha um só caminho. Emigrou para a Inglaterra. E lá ficou desde 1934 até 1940, acompanhando, de longe, a anexação e provincialização da sua Áustria. A sua pátria desapareceu, ele se tornou “um homem sem pátria”, e, pois, um homem sem passaporte. “No dia em que perdi o meu passaporte — disse ele — descobri, com 58 anos, que o indivíduo, ao perder a sua pátria, perde mais do que um pedaço de terra”.

Logo, veio, outra vez, a guerra, e ele, um austríaco, e agora, portanto, um alemão, passava a ser considerado um “inimigo” na Inglaterra. Mais uma vez partiu. Veio para a América, tentou fixar-se nos Estados Unidos. Mas como, em 1936, ele conhecera rapidamente o Brasil, decidiu vir para este país, sobre o qual escreveria um carinhoso livro, **Brasil, País do Futuro**. Aqui, isolou-se num tranqüilo recanto da Serra dos Órgãos, em Petrópolis, para retomar calmamente o seu trabalho.

Estava-se então em fins de 1941. A vasta obra de Stefan Zweig abrangia todos os temas. Teatro, com peças como **Tersites, Jeremias, Volpone, Dama do Mar** e outras. Ensaios sobre Casanova, Stendhal, Tolstoi, Balzac, Dickens, Dostoiewski, Hoelderlin, Kleist, Nietzsche, Mesmer, Freud, Erasmo, Castellio e outros. Numerosos romances e novelas, como **Amok, Um segredo de amor, Confusão dos sentimentos, 24 horas na vida de uma mulher, Carta de uma desconhecida, Coração inquieto, O candelabro enterrado, O medo, Leporella** e tantos mais, em grande profusão. Biografias importantes, como as de Maria Antonieta, Fouché, Maria Stuart, Fernão de Magalhães, Romain Rolland, Montaigne, Vespuccio. E entre tantos outros mais, o seu livro de memórias, **O mundo que eu vi**.

Embora ainda acreditasse que viria “a aurora depois da grande noite”, Zweig já não tinha paciência para esperá-la. Apesar de ter sido, sempre, um “cidadão do mundo”, apesar de sua luta permanente pela “união espiritual acima das fronteiras”, ele confessava, agora: “Em toda parte, sou estrangeiro”, e mostrava seu desalento, ao dizer: “Entre o nosso hoje, o nosso ontem e o nosso anteontem, destruíram-se todas as pontes”. Sua casa, seus livros, suas coleções, seus amigos, tudo tinha ficado para trás, perdido, engolfado na tragédia da Europa dominada pelo nazismo e mergulhada na guerra.

Nos primeiros dias de 1942, Stefan Zweig encerrara o prefácio de suas memórias, dizendo querer que as suas recordações dessem ao menos um reflexo de sua vida... “antes que ela submerja nas trevas”. Poucos dias depois, a 22 de fevereiro de 1942, ele próprio e sua esposa procuraram as trevas, suicidando-se em Petrópolis. Essa renúncia final de um homem de 60 anos, em plena glória, ele próprio a justificou, em sua última poesia: “O olhar despede mais chama / no instante da despedida / E é na renúncia que se ama / mais intensamente a vida”.

(Do “Correio do Povo”, Porto Alegre,
28-11-1981, centenário de Stefan Zweig.)

*

JOÃO XXIII

Almir de Oliveira

A 25 de novembro do ano passado, transcorreu o centenário do nascimento do Papa João XXIII, o bom, o sorridente, o corajoso renovador Angelo José Roncalli.

Recordemos: nasceu em Sotto il Monte, próximo a Bergamo, na Itália, no dia 25 de novembro de 1881. Procedia de família modesta. Ao empossar-se como cardeal de Veneza em sua diocese, apresentou-se aos seus diocesanos, dizendo: “Venho da humildade; fui educado numa pobreza estrita e abençoada, pouco exigente, mas que garante o desabrochar das mais nobres e altas virtudes e prepara as grandes ascensões da vida”.

Nascido e criado em ambiente religioso, aspirou desde cedo a ser padre. No mesmo discurso, dizia: “Desde o meu nascimento, jamais pensei senão em ser padre. Assim, o humilde filho do povo foi dotado de uma admirável missão que reverte em benefício do povo, *In his quae sunt ad Deum*: como representante do povo numa oferenda cotidiana de dons e de sacrifícios ao Senhor, num ministério de propiciação pelos pecados e pelos pecadores, num ato constante de oferenda de si mesmo.”

Aspirou à missão modesta de padre de aldeia: “Quando jovem padre, não aspirava senão tornar-me pároco de aldeia em minha diocese”. Mas, seus dotes pessoais levaram-no a uma ascensão que não previra: “A Providência quis conduzir-me por outro caminho antes que chegasse aqui”. Caminhou pelo mundo: “A Providência tirou-me de minha terra natal e fez-me percorrer os caminhos do mundo no Oriente e no Ocidente, levando-me a conviver com homens diferentes pela religião e pelas ideologias, colocando-me em face de problemas sociais agudos e ameaçadores”.

Preparava-se, assim, o futuro Pontífice, que haveria de dar início, em início vigoroso, ao **aggiornamento**, isto é, à atualização da Igreja diante de um mundo carregado de problemas sociais, compreendendo os materiais e os espirituais, marcado por controvérsias profundas, por perplexidades imensas e por angústias pesadas. Ascendeu firmemente na hierarquia eclesiástica. Foi delegado apostólico e núncio, cargos através dos quais viu o mundo e os homens humildes e poderosos de vários países. E era o Patriarca de Veneza, quando foi eleito Papa em 1958, para suceder à excelsa figura de Pio XII, o “Papa da Paz”.

A preocupação de Angelo Roncalli para com a condição dos pobres estampou-se naquele momento, de modo claro: “desejamos com coração paterno que a virtude cristã da justiça tenha a devida aplicação na questão social, e dirija e informe as relações mútuas das classes”, ain-

da porque a Igreja “prega e inculca no campo social tal doutrina e tais normas que, se forem inteiramente postas em prática, farão desaparecer todo o gênero de injustiça e levarão a distribuição melhor e mais justa dos bens”. Tinha presentes as lições de Leão XIII e Pio XI, seus predecessores, assim como de Pio XII, a quem vinha suceder.

Cinco anos depois dessas palavras, ascendia à Cátedra de Pedro. Em 1961, para comemorar o 70º aniversário da *Rerum Novarum*, expediu sua *Mater et Magistra*. Usa, então, a palavra “socialização” e define-lhe o conceito numa das páginas mais lúcidas que lhe saíram das mãos, o que não impediu certa exploração tendenciosa, que procurava confundir o Papa com um líder socialista dos arraiais marxistas. E pouca gente teve coragem de usar a expressão, arreando-se de ser confundida... A encíclica agitou os espíritos pela clareza e pela franqueza das posições. “Aggiornava” o pensamento da Igreja.

No ano seguinte, instala o Concílio Vaticano II, cujos resultados não pôde colher pessoalmente. Queria rever, também, no terreno doutrinário, as posições da Igreja. Não para mudar-lhe a substância, para alterar-lhe o *depositum fidei*, mas para reconsiderar e atualizar as “formas e proporções do magistério prevalentemente pastoral”, e, de preferência, “mostrando a validade de sua doutrina que condenando erros”. Partia decididamente para o ecumenismo, para a revogação das rigidezas incompatíveis com os novos tempos e com o próprio espírito do cristianismo, que é essencialmente fraterno, paciente, benigno e misericordioso, como asseverava ele mesmo no discurso de abertura do Concílio. Seu sucessor, Paulo VI, soube chegar ao final do Concílio, assistindo ao triunfo renovador de João XXIII. E o processo de renovação da Igreja continua sem que se perca a fidelidade aos seus fundamentos, à sua substância, ao *depositum fidei*.

A encíclica *Pacem in Terris* foi sua derradeira grande mensagem ao mundo que aprendera a admirá-lo, a respeitá-lo, a amá-lo como um dos maiores pontífices que já governaram a Igreja. Louvou o progresso científico, pondo fim à discussão sobre um falso conflito entre a religião e a ciência. A ciência revela, cada dia, as maravilhas que Deus criou e permitiu ao homem descobrir pela aplicação da inteligência de que o dotou. Disse ele, logo de início: “o progresso científico e os avanços técnicos demonstram, antes de tudo, a grandeza infinita de Deus”.

Em abril de 1963, deixou essa mensagem. Em junho seguinte, cerrou os olhos que viram o mundo e os homens com tanta bondade. Para sempre. Devíamos ter comemorado mais entusiasticamente seu centenário.

(De *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 29-11-1981.)

WILL DURANT

Almir de Oliveira

No obituário comum de um jornal carioca, sem nenhum relevo e apenas com o clichê esmaecido da fotografia de Will Durant, li a notícia de seu falecimento em Los Angeles, no dia 10 de novembro do ano passado.

Historiador e filósofo, mais historiador que filósofo, Will Durant teve alguma projeção no Brasil a partir de quando aqui se publicou sua **História da Filosofia**, traduzida por Godofredo Rangel e Monteiro Lobato. Numa época em que nos escasseavam livros desse gênero, em português, usei-o, juntamente com o **Manual de Filosofia**, de D. Ludgero Jaspers, para meu quinto ano de ginásio e, depois, para o vestibular de Direito. Marcado por um estilo leve e bem-humorado, aquele livro de Will Durant recebeu muita censura, por ter omitido alguns filósofos do porte de Santo Tomás de Aquino. Para compensar isso, ele escreveu depois **Os Grandes Pensadores**, aqui traduzido por Monteiro Lobato, que lhe traduziu, igualmente, **Filosofia da Vida**. Aqui também se publicou sua **História da Civilização** até o volume que vai encerrar a época de Luís XIV.

Descendente de franceses, entrou para o seminário católico de Nova Jersey, de onde saiu, com a fé enfraquecida, para lecionar e fazer jornalismo. Voltou ao seminário para uma segunda tentativa e acabou excomungado por suas posições tidas como heréticas, e voltou à vida laica para lecionar. Casou-se com Ida Kaufmann, a quem chamava Ariel, por influência do personagem desse nome no drama **A Tempestade**, de Shakespeare, expressão de elevação e pureza. Ariel falecera em outubro e Will não chegou a saber disto. Fora sua colaboradora durante toda a vida, desde quando com ele se casara aos 15 anos.

Will Durant acreditava na força das idéias como propulsora da civilização. Ele o afirma claramente no prefácio de **Os Grandes Pensadores**: “Os mais poderosos fatores da história são as idéias. Não necessitamos fazer muito esforço para compreender que, hoje, são as idéias — invenções, religiões, filosofias, formas de pensamento falado ou escrito e formas de governo, ideais do indivíduo e da vida nacional — que movem os homens nas crises dos negócios internacionais.” E cita as influências de Nietzsche em Hitler e Mussolini, de Karl Marx na revolução russa, de Spengler na elaboração de diretrizes de estadistas europeus, de Flaubert na literatura ocidental. Confessa-se Carlyleano e refuta os juízos de Wells a respeito de César e Napoleão. Fascinavam-no os grandes homens, sobretudo os do pensamento. Disse: “Numa idade que nivela tudo e nada re-

verencia, ponho-me ao lado de Carlyle e acendo minhas velas, como Pico della Mirandola diante da imagem de Platão, no santuário dos grandes homens”.

As atuais concepções da História não aprovam a posição de Will Durant. Há forças outras, que não apenas as das idéias, que influem na elaboração da história da humanidade. Mas, é impossível negar a força das idéias como um desses fatores. Talvez possamos conciliar essas posições extremadas, dizendo que as idéias aparecem como o elemento informador dos grandes impulsos sociais, ou como seu elemento orientador. Elas não surgem do vazio e não atuam no vazio. Quando aparecem, algo de concreto está presente a justificá-las. Se não houver entre as idéias e os fatos alguma relação, elas não atuarão. E eles serão o caos.

Outra posição de Will Durant, que produz mal-estar hoje está nestas palavras: “O dogma democrático nivelou não somente todos os eleitores como todos os líderes; deleitamo-nos em demonstrar que os gênios vivos não passam de mediocridades e que os gênios mortos não passam de mitos”.

Para ele, a história não é “o doloroso palco da política e das carnificinas, mas da luta do homem guiado pelo gênio contra a inércia da matéria e o escorregadio segredo do espírito; luta para compreender, para dominar e para refazer-nos e ao mundo”. Por isto, sua **História da Civilização** deu mais atenção às realizações do espírito no terreno das artes, da filosofia, da literatura e das ciências, que aos eventos militares, econômicos e políticos.

Will Durant foi um escritor bem sucedido. Teve suas obras traduzidas nas principais línguas do mundo civilizado e recebeu o Prêmio Pulitzer de 1968, para obras de não-ficção, com o livro **Rousseau and Revolution**, não traduzido no Brasil. Morreu velhinho, com 96 anos. Aos 90, publicou o último volume da **História da Civilização**. Aos 92, uma biografia conjunta, sua e de sua mulher, com quem viveu uma grande vida de íntima colaboração no Plano intelectual e de muito amor.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Abreu, Maria Morgado de — Aspectos do folclore em Taubaté. Taubaté, Prefeitura Municipal, 1980. 112 págs. (Série “Taubateana”, vol. 7.)

No prefácio a este livro, escreveu Paulo C. Florençano que de há muito “se vinha fazendo necessário suprir lacuna existente nesta cidade (Taubaté), naquilo que dizia respeito à publicação de livros dedicados a estudos criteriosos, profundos e bem documentados com fotografias, do seu afamado, colorido, variado e altamente interessante folclore. Este, até então divulgado através de muitos excelentes artigos publicados em jornais e revistas, ou apenas apresentado como capítulo complementar de algumas obras dedicadas ao sentido geral do tema, e circunscrito ao Estado de São Paulo, merecia pela sua excepcional importância, trabalho à parte, elaborado não só com todo critério de especialista idôneo, mas, também, de maneira interessante, capaz de motivar seu manuseio, não apenas como livro sério, de estudo e de consulta, mas, também, de maneira interessante, motivando leitura agradável e até fascinante para o leitor comum”. Coube à Professora Maria Morgado de Abreu, com o presente trabalho, suprir a lacuna reclamada por Paulo C. Florençano. Seu livro preenche todas as exigências lembradas pelo prefaciador. Após um capítulo introdutório, em que cuida das tradições históricas de Taubaté, desenvolve-se o livro em três partes, as mais significativas do folclore da importante cidade do vale do Paraíba: a cerâmica popular, a medicina popular e a breganha. Esta parece ser a nota mais característica, pois que original, do folclore taubateano, pois os outros aspectos (cerâmica e medicina popular) são mais ou menos comuns a todo o País, enquanto a feira de trocas é típica de Taubaté, não nos ocorrendo relato de sua existência em outros lugares. É significativo observar, como, aliás, já foi indicado, que o presente volume integra uma coleção (“Taubateana”) publicada oficialmente pela Prefeitura Municipal e da qual já conhecemos oito volumes, versando sobre os mais variados aspectos da cultura taubateana. Excelente exemplo para outras prefeituras! Quando pensamos no que se lutou em Campinas para a criação de uma “Campiniana” e sem resultado algum... ONM (Cortesia do editor.)

Andrade, Gilberto Osório de — Migrações internas e o Recife. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. 100 págs. (Série “Estudos e Pesquisas”, vol. 12.)

Um dos problemas mais sérios, não apenas do Recife, mas de todas as cidades grandes, qual o das migrações, encontrou no geógrafo e sociólogo pernambuco que é Gilberto Osório de Andrade, um honesto estudioso, criterioso nas suas conclusões e seguro no trabalho de pesquisa que elaborou para a preciosa coleção “Estudos e Pesquisas”, do IJNPS. Seus capítulos abrangem praticamente a problemática que o autor tinha em mira estudar: 1. Incremento demográfico urbano e rural; 2. As migrações internas e o Brasil; 3. Áreas de procedência e destino; 4. Migrações intra-regionais e patamares; 5. Urbanização e metropolização; 6. As migrações e o Recife; 7. Política migratória e novas investigações sugeridas. ONM (Cortesia do IJNPS.)

Balém, Mons. Dr. João Maria — Dom Feliciano José Rodrigues Prates. Porto Alegre, Inst. Hist. Geogr. do Rio Grande do Sul, 1981. 32 págs.

Separata de **Unitas**, boletim da Arquidiocese de Porto Alegre, aparece como edição do IHG sul-riograndense este valioso opúsculo de interesse para a história da Igreja no Rio Grande do Sul, pois contém não apenas a biografia de Dom Feliciano José Rodrigues Prates, primeiro bispo do Rio Grande do Sul, mas o histórico da criação da primeira diocese gaúcha, em meados do século passado. Complementa o volume, um artigo do Dr. Adroaldo Mesquita da Costa sobre Mons. Dr. João Maria Balém, o autor da biografia do primeiro antístite rio-grandense. ONM (Cortesia da Secretaria de Cultura do RS.)

Boaventura, Maria Eugênia da Gama Alves — Movimento Brasileiro: contribuição ao estudo do modernismo. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. 220 págs. (Coleção Ensaio, vol. 89.)

Análise e crítica de uma revista literária que circulou entre 1928 e 1930, no Rio de Janeiro, o presente volume, na mesma linha de muitos outros que foram publicados pelo Instituto de Estudos Brasileiros sobre publicações periódicas de interesse para a literatura, constitui substancial contribuição ao estudo do modernismo em

nosso País. A revista denominava-se **Movimento**, e publicou-se sob a direção de Renato Almeida, há pouco falecido e de quem já nos ocupamos num dos últimos números desta publicação. Em 1929 acrescentou-se ao título a palavra "Brasileiro", passando, pois, a revista a denominar-se **Movimento Brasileiro**. Dela foram publicados 21 números, que foram objetos de cuidadosa análise no presente ensaio, não apenas quanto ao seu conteúdo, mas especialmente quanto a suas diretrizes e ao espírito que animou seu fundador e seus colaboradores. ONM

Bunse, Heinrich A. W. — São José do Norte: aspectos lingüístico-etnográficos do antigo município. Segunda edição. Porto Alegre, Mercado Aberto, em co-edição com o Instituto Estadual do Livro, 1981. 136 págs.

"Dialetoлогия, Etnografia, Lingüística, Folclore, História e Geografia fazem parte do traçado com que o Prof. Heinrich Bunse faz o perfil filológico da região focada em seu estudo. O trabalho é resultado de uma meticulosa pesquisa de campo. Não é exagero afirmar que estamos diante de uma contribuição pioneira à bibliografia filológica no Rio Grande do Sul e no Brasil. Salientamos o espírito acessível e contemporâneo do ensaio. Professores e alunos de ciências sociais e letras, universitários e estudiosos em geral, terão especial interesse nesta obra. Pois ela examina de modo claro, objetivo e comunicativo, hábitos, costumes, ofícios, linguajar, vocabulário e comportamento do homem no sul do Brasil, na região entre o Atlântico e a Lagoa dos Patos, onde se situa São José do Norte" (da nota dos editores). Cortesia da Secretaria de Cultura do RS.

José Geraldo Vieira no quadragésimo ano da sua ficção. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979. 130 págs. (Coleção Ensaio, vol. nº 93).

Por ocasião do transcurso, em 1951, do quadragésimo aniversário da publicação do primeiro romance de José Geraldo Vieira, **A Mulher que fugiu de Sodoma**, o Conselho Estadual de Cultura, por proposta do saudoso Fernando Góes, promoveu uma série de conferências sobre a obra do grande escritor, carioca de nascimento, mas paulista de adoção e de realização. Dessas conferências incumbiram-se Maria de Lourdes Teixeira, José Geraldo Nogueira Moutinho, Nelly Novaes Coelho, Luís Martins e Antônio Rangel Bandeira. O presente volume reúne as conferências então proferidas, precedidas de uma nota de Fernando Góes e seguidas de dois depoi-

mentos do romancista. Infelizmente o homenageado não chegou a ver o livro impresso, pois faleceu em agosto de 1977. Mas o volume ficou, como uma contribuição magnífica não só para o conhecimento da obra de José Geraldo Vieira, mas para o estudo da própria literatura paulista. Intitulam-se as conferências: “Um Depoimento” (Maria de Lourdes Teixeira), “Homenagem a José Geraldo Vieira” (Moutinho), “José Geraldo Vieira: rapsodo do século XX nos pagos brasileiros” (Nelly Coelho), “José Geraldo Vieira e sua geração” (Luís Martins) e “José Geraldo Vieira, romancista ecumênico” (Rangel Bandeira). Complementam o volume a bibliografia do autor e uma relação do que sobre ele se escreveu. ONM.

Moura, Carlos Eugênio Marcondes de — Notas para a história das artes do espetáculo na Província de São Paulo. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. 180 págs. (Coleção Ensaio, vol. 90.)

Embora o objetivo do autor tenha sido precipuamente cuidar da temporada artística na cidade valeparaibana de Pindamonhangaba em 1877/8, seu livro reveste-se de grande interesse para a história da cultura paulista em geral, no século passado, pois traz informes valiosos sobre outras localidades. Volume profusamente ilustrado com fotografias de grandes figuras do teatro e com fac-símiles de cartazes e programas teatrais da época, constitui-se em precioso documentário para o conhecimento da vida artística da então província de São Paulo. ONM

Publicações do Museu Municipal de Paulínia. Nº 18, novembro de 1981.

Este fascículo é inteiramente consagrado à monografia de Renata Parada Pazinato sobre “Análise acústica de chocalhos”. Adverte a autora que seu trabalho, executado unicamente com peças existentes no acervo do Museu Municipal de Paulínia, “não visa apresentar uma resenha geral dos inúmeros tipos de chocalhos feitos por nossos índios.” E remete o leitor interessado a uma bibliografia especializada: a síntese organológica de Helza Cameu, as publicações de Albisetti — Venturelli, os escritos clássicos de Léry e Hans Staden e os estudos do Dr. Aytai sobre os xavantes. Significativo observar que a autora agradece a colaboração do Laboratório de Acústica Musical da Unicamp. “que, com seu equipamento eletrônico sofisticadíssimo e provavelmente único existente no país, executou a análise minuciosa do som dos chocalhos”. ONM (Cor-tesia do Museu Municipal de Paulínia.)

Revista da Faculdade Salesiana. Ano 20, nº 29. Lorena, SP.

Refletindo a diversidade dos cursos oferecidos pela Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena, SP, sua revista, que se edita já há vinte anos, apresenta sumário igualmente diversificado, abrangendo temas de pedagogia, psicologia, antropologia, sociologia, filosofia etc. Sem menosprezo aos demais, queremos salientar alguns mais de acordo com os interesses de nossa publicação: "Aspectos antropológicos da família indígena Baniwa, de Rio Negro, AM", por Mário Bonatti e Teotônio Ferreira da Cunha; "África/nidade", de Leonor A. Silva Vargas Gay; "A visão cristã da vida humana", de Felipe Rinaldo Queiroz de Aquino; "Maranhão: Norte ou Nordeste?", de Oswaldo Freitas; e "Mudança social", de Olavo Rubens Leonel Ferreira. ONM (Cortesia da Faculdade Salesiana de Lorena.)

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Terceira fase, nº 2, I semestre de 1980. Florianópolis.

Ao registrar o número anterior desta publicação (NBH, 98, pág. 40), referimo-nos ao novo espírito que a anima nesta sua terceira fase, "com características novas devidas principalmente à renovação do quadro social do Instituto, constituído na maioria de professores universitários, com uma nova e necessária visão da História e da Geografia como ciências estudadas através de metodologias próprias". Escrupulosamente, não se comprometiam os responsáveis pela publicação com a regularidade de números tão próximos, dadas as dificuldades, que todos reconhecem, na impressão de qualquer livro em nossos dias. Mas, felizmente, o segundo número saiu a pequeno intervalo do primeiro: apenas um semestre, o que é deveras notável em se tratando de publicações culturais. E com um sumário igualmente substancial: "A Colônia Militar de Santa Teresa", de Walter F. Piazza; "As primeiras republicanas em Santa Catarina" de Jali Meirinho; "Luxemburgo nas imigrações alemãs", de Dorvalino Koch; "A comuna da Colônia Dona Francisca", de Rufino Porfírio Almeida e Maria de Fátima Fontes Piazza; "Breves anotações sobre o vocábulo Corupá", de José Alberto Barbosa; e "A colonização alemã na área fronteira à Ilha de Santa Catarina", de Victor A. Peluso Júnior. Permitimo-nos um destaque para o trabalho "Luxemburgo nas imigrações alemãs", na qual o autor divulga informações de um livro bastante raro, publicado em Luxemburgo em 1889 e desconhecido no Brasil, intitulado *Die Luxemburg in der neuen Welt*, de Nikolau Gonner. A leitura atenta do trabalho (dado nosso

interesse pela literatura estrangeira sobre o Brasil) leva-nos a sugerir ao autor do artigo a tradução integral do livro, o que muito irá enriquecer a bibliografia até agora existente, dos que escreveram sobre nosso País no século passado. ONM. (Cortesia do IHGSC.)

Ribeiro, René — Cultos afro-brasileiros do Recife. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978. 160 págs. (Série “Estudos e Pesquisas”, vol. 7.)

Apresentando-se como um “estudo de ajustamento social”, a presente monografia, já em segunda edição, representa o resultado de intenso trabalho de campo realizado com o possível rigor metodológico entre os grupos de culto afro-brasileiro do Recife. Parte do material agora publicado — informa o autor — foi incluído na tese que, com o mesmo título, foi apresentada à Northwestern University como um dos requisitos para a obtenção do grau de “Master of Arts” em Antropologia, em 1949. O tema tratado — previne o autor — “é extremamente sedutor para os aventureiros da ciência. Lançaram-se a ele vários espécimes nacionais e estrangeiros. Encontrar-se-á, especialmente no capítulo IV, referência a inúmeros dados de observação ocasional e até involuntária de estudantes brasileiros que nos antecederam em registrá-los, embora sem bem atinarem o seu significado, por faltarem-lhes o indispensável preparo técnico ou por terem abandonado demasiado cedo e penosa tarefa de buscar a informação na sua única fonte: o trabalho de campo”. Mas, por outro lado, adverte que sua pesquisa não é a única, nem a mais cuidadosa ou honesta das que foram realizadas; mas, sente-se, porém, à vontade para declarar que tomou “todas as precauções e empregou a maior diligência em apresentar uma monografia conforme às exigências científicas e às normas da disciplina a que se dedica: a antropologia cultural”. Esta honesta confissão, logo no início de sua monografia, predispõe o leitor favoravelmente a apreciá-la antes de tudo com o espírito do bom-senso, cansado que em geral está de deparar a todo instante com trabalhos similares, mas sem a necessária base científica, que no caso se requer. Consta o livro de quatro capítulos: 1. O negro em Pernambuco; 2. A estrutura dos grupos de culto afro-brasileiros; 3. O funcionamento dos grupos de culto; 4. A conduta e os destinos do indivíduo. Conclusão e bibliografia rematam o volume. ONM (Cortesia do IJNPS.)

Vianna, Lourival – Imprensa Gaúcha, 1827-1852. Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977. 68 págs. (Série Hipólito da Costa, nº 1.)

Este trabalho – diz a nota preliminar – dá início a uma série que pretende levar ao conhecimento do público os resultados de pesquisas realizadas pela entidade, criada em 1974 como órgão do Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Esta pesquisa tem sua fundamentação no estudo detalhado e criterioso dos originais de periódicos constantes do acervo do Museu, além de cópias fac-similadas ou xerografadas. Este primeiro volume abrange os primeiros 25 anos da imprensa gaúcha. Na apresentação, escreve Alberto André, presidente da Associação Riograndense de Imprensa: “O trabalho busca preencher deficiências e corrigir elementos errôneos, tanto em suas particularidades, como pelo sentido de conjunto, abrangendo não só datas e nomes, como a periodicidade dos jornais, formato, conteúdo, técnica de redação, recursos econômicos e semelhantes. Trata-se, na verdade, de relevante contribuição de pesquisa e análise do primeiro quartel da imprensa gaúcha, apreciável em aspectos políticos, sociais e jornalísticos. Por sua vez, o elenco de 94 periódicos, constantes do catálogo, elucida série de documentos contraditórios e segmentados, partindo do fator positivo que foi nosso primeiro veículo, o *Diário de Porto Alegre*”. ONM (Cortesia da Secr. de Cultura do RS.)

*

*

*

NOTICIÁRIO

GLORIOSO CENTENÁRIO

É a primeira vez que tenho a oportunidade (diria mesmo o privilégio) de escrever a propósito do centenário de alguém que, mercê de Deus, ainda está vivo. Refiro-me ao General Raul Silveira de Melo, grande especialista em história militar brasileira, e que, a 8 de fevereiro do corrente ano, teve a graça que raríssimos alcançam de assistir e participar das comemorações de seu próprio centenário. E as palavras que proferiu a alguém que o entrevistou valem por uma lição e uma bênção: "Estou otimamente feliz, levo a vida com muita coragem e alegria. Estou muito satisfeito com o que fiz e com o que estou fazendo." Fez restrições apenas a suas pernas, que já estão "um pouco moles", mas — acrescentou — "o resto está muito bem".

Para nós, do Departamento de História de nossa Universidade Católica, é extremamente grato evocá-lo nestas linhas, especialmente para mim, que dele cuidei em diversas ocasiões, quer na imprensa campineira, quer nesta mesma revista, ora a propósito dos seus livros, ora a propósito de generosos donativos com que quase todo ano vem contemplando a NBH, publicação pela qual se tomou de interesse desde que a conheceu. E a melhor demonstração de nossa gratidão, foi o nº 87 da *Notícia* (jan/fev de 1978), inteiramente dedicado a ele, com uma pequena antologia de seus escritos. E quando o visitei pela última vez, há três anos (portanto ele já nos seus 97 janeiros), mostrou-me os planos de diversos trabalhos que ainda pretendia escrever...

Gaúcho de Cruz Alta, foi, entretanto, sobre Mato Grosso que produziu toda a sua vasta obra histórica: as biografias de Ricardo Franco e Antônio João, a história do Forte de Coimbra, os estudos sobre Corumbá, Ladário e Albuquerque e a monografia sobre Francisco Rodrigues do Prado. De quase todos os seus livros tive oportunidade de me ocupar quando apareceram, o que veio a propiciar feliz ensejo para uma assídua correspondência com o honrado e centenário militar.

A este vulto extraordinário ("Soldado e Homem de Fé", como ele próprio se intitula, mas igualmente "Um Homem do Dever", como o prefiro chamar, outorgando-lhe o epíteto que deu a um dos seus biografados), a *Notícia Bibliográfica e Histórica* rende, neste momento significativo de sua secular existência, o tributo de sua homenagem e reconhecimento a um dos nossos mais honestos historiadores, rebuscador incansável dos arquivos não apenas militares, mas históricos em geral, nos quais tem sabido procurar uma história, não a serviço de credos ou dogmas, mas a serviço da verdade e da Humanidade. ONM

MEMÓRIA CAMPINEIRA (14)

FREGUESIA DAS CAMPINAS, VILA DE SÃO CARLOS,
CIDADE DE CAMPINAS

O mais antigo documento, que se conhece, relativo ao germe de um núcleo urbano em Campinas — a petição para a ereção de uma capela — constante do “Livro do Tombo da Freguesia de N. Sa. da Conceição das Campinas” — não está datado. Contudo, não padece dúvida que ela é anterior a setembro de 1772, pois tem a data de 15 de setembro daquele ano o pedido de informação ao pároco de Jundiá, por parte do Cônego Antônio de Toledo Lara, então responsável pelo expediente da diocese de São Paulo. O vigário jundaiense, Padre Inácio Pais de Oliveira, respondendo ao referido pedido, lembrou que a área apontada para a ereção da capela era suficiente, se bem que um tanto deserta, e, mais ainda, que os pretendentes eram muito pobres, o que parece não ser correto, pelo menos em relação a alguns deles. Todavia, apesar dessa informação um tanto pessimista, os moradores do então Bairro do Mato Grosso, incentivados pelo ânimo forte de Barreto Leme, continuaram a enfrentar todas as dificuldades, até que, em 1773, alcançaram do governador do bispado licença para construção de sua igreja matriz.

Cumpridas as determinações da diocese paulistana, veio o vigário de Jundiá à “paragem chamada Campinas”, para vistoriar e demarcar o local onde deveria ser construída a nova igreja. Seu auto de “vistoria e demarcação” tem a data de 22 de setembro de 1773 e, tal como fora recomendado pela diocese, especifica as condições para a construção da igreja. A escassez de recursos materiais determinou atraso na construção (o que parecia dar razão ao vigário...), levando nove moradores a endereçarem nova petição à diocese, suplicando, desta vez, que, enquanto demorassem as obras da igreja, fosse-lhes concedida licença “para se fazer uma ermida mais à ligeira, com a decência possível, para servir enquanto se não conclui a dita Matriz”. Assinavam esta petição José de Souza Siqueira, Barreto Leme, Silva Rego, Silva Leme, Costa Machado, Pereira Magalhães, Salvador de Pinho, Pedroso de Almeida e Guedes Barreto, nomes estes todos consagrados pela municipalidade em ruas campineiras e todos, com exceção de Barreto Leme, no Guanabara. Concedido o solicitado, o governador da Capitania procurou concorrer para que não retardasse mais ainda a inauguração da igreja, dirigindo-se a Dona Inácia Bueno, moradora em Araçariguama, a pedir, de empréstimo, os paramentos sacros de sua capela para serem usados na capelinha pretendida pelos campineiros.

O bispo diocesano (D. Frei Manuel da Ressurreição, que neste ínterim tomara posse) nomeou vigário interino da nova paróquia

a Frei Antônio de Pádua, a quem coube celebrar a primeira missa, a 14 de julho de 1774. Esta data foi considerada oficialmente como a da instalação da Freguesia das Campinas, o que vale dizer, a fundação de nossa cidade. Não confundir, aqui, povoamento com fundação da cidade, pois o povoamento, de fato, é muito mais antigo, datando pelas primeiras cartas de sesmaria de 1732.

Primeiro governador (capitão-general, na linguagem da época) de São Paulo, após a restauração da Capitania em 1765, D. Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão, mais conhecido pelo título de **Morgado de Mateus**, veio de Portugal com ordens e instruções para realizar uma política de incentivo ao povoamento da Capitania. Realizou-a não só por meio da concessão de sesmarias, que alcançaram quase metade do território paulista, como através da criação de núcleos de povoamento. Os três atos datados de 27 de maio de 1774 são de grande importância para o objetivo que tinha em mira: num deles, nomeia Barreto Leme “Fundador, Administrador e Diretor” de Campinas; noutro estabelece normas para o povoamento e, no terceiro, determina os primeiros lineamentos da nova povoação.

Mais para o fim do século, o desenvolvimento de Campinas, cuja economia tinha por base a cana-de-açúcar e a agricultura de subsistência, levou seus moradores a solicitarem ao governo da Capitania a elevação da freguesia à categoria de **Vila**, desmembrada da de Jundiá. Na estrutura administrativa da época, a criação da vila implicava a instituição do poder municipal. Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, que naquele mesmo ano assumira o governo da Capitania, considerando justa a petição, houve por bem atendê-la por provisão de 4 e portaria de 16 de novembro do mesmo ano de 1797. A portaria determinava, entre outras medidas para a instalação da vila, que ela passasse a denominar-se **São Carlos**. As conjecturas acerca do novo nome são várias: homenagem a uma princesa lusitana nascida poucos meses antes, homenagem à própria esposa do Príncipe D. João, Dona Carlota Joaquina, ou em honra de São Carlos Borromeu, de quem o governador Melo Castro parecia ser devoto, e cujo onomástico se celebra a 4 de novembro, data da provisão... O que se sabe, todavia, é que o nome imposto a Campinas não “pegou”, sendo usado apenas em documentos oficiais. E segundo o testemunho do viajante Saint-Hilaire, até em atos oficiais o nome Campinas freqüentemente aparecia.

Determinada a criação da vila, restavam os atos da instalação, que se realizaram durante quatro dias, 12, 13, 14 e 15 de dezembro do mesmo ano de 1797. Os atos mais importantes (ereção e levantamento do pelourinho, símbolo da autonomia municipal) ocorreram no dia 14 de dezembro, razão pela qual ficou essa data consignada em nosso calendário cívico.

O nome **Campinas** desaparece oficialmente no longo período que vai de 14 de dezembro de 1797 até 5 de fevereiro de 1842, embora, segundo o depoimento de Saint-Hilaire, continuasse sendo usado pelo povo e até em documentos oficiais. Não há confundir, no caso, com a atual cidade de São Carlos, que esta é de fundação mais recente. Ao ser elevada à categoria de cidade, a 5 de fevereiro de 1842, teve a vila de São Carlos restaurado o seu nome primitivo. Aliás, o ato do Barão de Monte Alegre, presidente da então Província de São Paulo, é bem explícito. Por ele, eram elevadas à categoria de **cidade** as **vilas** de Taubaté, Itu, Sorocaba, Curitiba, Paranaguá e São Carlos. Não nos esqueçamos de que, na época, o atual Estado do Paraná ainda fazia parte do território paulista. O ato especificava que as cinco primeiras conservariam a mesma denominação, mas a de **São Carlos** passaria a chamar-se **Campinas**.

Eis, pois, as grandes datas de evolução administrativa de Campinas: 14 de julho de 1774, criação da **Freguesia** (data oficial); 14 de dezembro de 1797, criação da **Vila**, com a instalação do competente poder municipal; e 5 de fevereiro de 1842, elevação da Vila de São Carlos à categoria de **Cidade**, com a restauração do nome **Campinas**. Convém que a memória campineira não as esqueça. A primeira e a última figuram em ruas da cidade, sendo a última por proposta nossa. Quanto à rua 14 de Dezembro, aliás a mais importante de todas, não foi originalmente consignada como homenagem à criação do município de Campinas, embora esta indicação constasse por muito tempo de uma das placas nela existente. Teve essa denominação para comemorar a partida de um batalhão campineiro que deveria atuar na revolução de 1893 e naquele dia seguiram para Itararé. Coube ao Dr. Antônio Lobo propor, em Câmara, que em "reconhecimento aos bravos patriotas que compõem a Guarda Nacional desta cidade, que seguiram para Itararé, se desse a denominação de **14 de Dezembro** a uma das ruas cidade, que não tenha nome algum ou que não tenha significação, perpetuando-se, assim, esta data como sendo a da partida dos Voluntários que seguiram em defesa da Pátria". O assunto vem devidamente tratado por Jolumá Brito num dos volumes de sua **História de Campinas**.

Ocorre, entretanto, que esse episódio, no rolar do tempo, acabou se revestindo de pouca significação. Inda mais que, informa Jolumá Brito, o batalhão campineiro nem chegou a atuar. Hoje pouca gente sabe o que foi o movimento revolucionário de 1893. E dada a coincidência da data, seria conveniente que o nosso poder público consignasse que a rua 14 de Dezembro (importante artéria, como todos sabem) celebrasse **também** a criação do município de Campinas, em 1797, fato inegavelmente muito mais importante que a partida do batalhão campineiro para uma revolução hoje praticamente esquecida.

TRANSCRIÇÃO

DU GUAY TROUIN E UM AVÔ DE BOGAGE

João Ribeiro

Pouca gente conhece o ofício da intimação de Du Guay Trouin, ao tomar de assalto o Rio de Janeiro, fez chegar ao governador da cidade. Ei-lo aqui no seu texto autêntico:

Monsieur.

Le Roi mon maître voulant tirer raison de la cruauté exercée envers ses officiers et ses troupes que vous fites prisonniers l'année passée, et Sa Magesté étant informée qu'après avoir fait massacrer les chirurgiens, auxquels vous aviez permis de descendre à terre pour panser les blessés, vous avez encore laissé perir de faim et de misère ce qui restait de ses soldats, les retenant en captivité contre le cartel d'échange passé entre les deux couronnes de France et du Portugal, Elle m'a ordonné d'employer ses vaisseaux et ses troupes pour vous contraindre à vous remettre à sa discrétion, à me rendre tous les prisonniers français, et à faire payer à tous les habitants de cette colonie une contribution suffisante pour les punir de leus inhumanité, et de dedommager Sa Majesté de la dépense d'un armement aussi considérable.

Je n'ai point voulu vous sommer de vous rendre que je ne me sois vu en état de vous forcer, et de réduire votre ville et votre pays en cendres, si vous ne vous rendez à la discrétion du Roi, qui m'a commandé d'épargner ceux qui se soumettront de bonne grâce, et qui se repentiront de l'avoir offensé dans la personne de ses officiers et de ses troupes. Cependant j'apprends que l'on a fait assassiner M. Du Clerc, qui les commandait; je n'ai point encore voulu user de représailles sur les Portugais qui sont tombés en mon pouvoir, l'intention de S. Majesté n'étant pas de faire la guerre d'une manière indigne d'un roi très chrétien; je veux croire même que vous avez trop d'honneur pour avoir participé à ce honteux massacre. Mais ce n'est pas assez. Elle veut que vous m'en nommiez les auteurs, pour en faire un châtimement exemplaire. En sorte que si vous différez d'obéir à sa volonté, tous vos canons, vos barricades et votre nombreuse multitude n'empêcheront pas que je n'exécute ses ordres, et que je ne port le fer et le feu dans tout l'entendue de ce pays. J'attends votre réponse; faites-la moi prompte et décisive, autrement vous connaîtrez que si jusqu'ici je vous ai épargné, c'était pour m'épargner à moi-même l'horreur d'envelopper les innocents avec les coupables. Je suis, et coetera"

Ainda está para ser escrita com serena imparcialidade a página de nossa história em que foi o Rio de Janeiro surpreendido pelo famoso raid de Du Guay Trouin.

Não era bem de surpresa o sentimento que despertara o ímpeto do ousado flibusteiro.

Não sei que tremor vulcânico convulsionava então as terras de beira-mar da colônia. Rompiam motins na Bahia e Pernambuco ardia com a guerra sangrenta dos mascates.

Sabia-se alguma coisa dessa premeditada vingança contra os assassinos misteriosos de Du Clerc. Tudo se podia esperar do ódio político e da vaidade do Rei-Sol, quando começava a fulgir a estrela de Villars. Os ingleses que tanto haviam sofrido mandaram aviso a Lisboa.

A investida anterior, de Du Clerc, tinha sido um desastre e deixara no Brasil uns seiscentos prisioneiros, entregues quase sem luta por inépcia do seu capitão.

A cidade esperava que a mesma tática de inação se repetiria com Du Guay Trouin, e que a inércia bastaria para vencê-lo. Du Guay Trouin, porém, tinha longa experiência de guerra e juntava à ousadia de ação a astuta rapidez dos golpes. Ao sair da Europa conseguira enganar os ingleses frustrando o bloqueio de Brest; já na altura da Bahia quis investir a cidade, não o fazendo por escassez de víveres; e chegando ao Rio logo varou o porto sob o fogo das fortalezas e imobilizou a frota portuguesa em poucas horas posta fora de combate.

Du Guay Trouin escreveu um livro curioso, a *Vie de monsieur Du Guay Trouin écrite de sa main*, que teve várias edições, em espanhol, de Madrid, 1711, no original francês, de Paris, 1712, e outras. São todas essas edições, antigas e novas, um pouco defeituosas, porque o manuscrito existia em imperfeitas cópias e era preciso colecioná-las. Só agora foi publicada a edição definitiva aproveitadas as condições várias, e esse trabalho devemos a Henri Malot, na impressão atual, de 1922.

Da vida tempestuosa e acidentada de Du Guay Trouin o que mais nos importa é a relação da empresa de 1711 contra a cidade do Rio de Janeiro. A entrada não foi disfarçada sob o nevoeiro nem tão fácil quanto se podia depreender dos nossos livros de história. Sob o fogo da prodigiosa artilharia das fortalezas e dos navios de guerra portugueses que se colocaram de través para impedir a entrada dos franceses, teve Du Guay Trouin trezentos homens fora de combate.

Estava sempre na vanguarda o bravo cavaleiro de Goyon que logo ocupou à viva força a ilha das Cobras. Nas versões internacionais essa ilha figura com apelidos deturpados. No tempo da questão religiosa lá esteve preso o bispo do Pará e o mundo católico se consternava ao saber que o alto dignitário da Igreja, por maior martírio estava recluso na terrível *île des Serpents*. Du Guay Trouin cometeu outra deturpação do nome. Naturalmente leu em alguma carta marítima — *Ilha das Cabras* — erro tipográfico de pequena monta. Assim que ele sempre fala da *île des chèvres*, (enfim, de *bestiis non disputandum*).

Da Ilha das Cobras passaram todas as tropas a terra firme; o resto é mais ou menos sabido, o bombardeio à noite, a trovoadas que ainda aumentou o tumulto, lançou o pânico nos habitantes da cidade que, todos, abandonaram, levando o que possuíam. O terror contagiou a tropa que recolheu para as montanhas e florestas distantes. Du Guay Trouin ficou inteiro senhor da cidade.

Antes desse golpe decisivo conta Du Guay Trouin a história do estratagema e insídia preparada contra os franceses por um Du Bocage natural da Normandia que se fizera naturalizar português e no momento comandava um dos navios portugueses que ele próprio fizera saltar aos ares, na esperança de o conservar.

É curiosa a aventura do marinheiro. Este Du Bocage, em terra, passou a guardar as baterias do São Bento, e, disfarçado em marujo francês (e na verdade bem o era) deixou-se encarcerar como suspeito de mistura com algumas sentinelas avançadas de Du Guay Trouin e dessas conseguiu obter informações sobre a situação real dos assaltantes. Como o pêssego “tomado melhor em terra alheia”, Du Bocage, enjambrando umas calças de matalote e tesourando as suíças, havia o intento de seu insidioso propósito. O resultado desse estratagema foi o infeliz assalto dos portugueses contra as forças do cavalheiro de Goyon, postadas numa colina. A arremetida degenerou em revés. Para precipitar de um lance a aventura, Du Guay Trouin, por um tambor, fez chegar ao governador Castro Moraes a carta em que o intimava a render-se.

O governador, como é sabido, adjurou que defenderia a cidade “até a última gota de sangue”, fanfarrice que acabou na mais inglória fuga. A filosofia do governador era que a cidade melhor entendida era a própria pele, e assim metendo-se pelos mangues dentro, foi parar à Iguaçú.

A justiça manda dizer que a resistência já então sendo impossível, sem frota, sem artilharia, toda ela em poder do inimigo que se apossara de todas as baterias e fortalezas, a guerra seria um sanguinolento e vão sacrifício que se havia de ajuntar à terrível pilhagem já consumada nas casas e nas igrejas.

Du Guay Trouin fez o possível para evitar o saque da soldadesca; adotou, porém, um método novo e prático: conseguiu um pouco tarde armazenar os bens dos habitantes a quem os entregou mediante resgate. Era apenas questão de preço honesto como se diz nos restaurantes da Itália e S. Paulo. Couro e cabelo.

Depois de chegar à França foi cortejar o Rei que o premiou com a “cornette”, isto é, o pavilhão de chefe de esquadra.

A edição da biografia de Du Guay Trouin foi agora publicada, não sem alguma ênfase, na “Collection des Chef-d’oeuvres méconnus”. Não é certamente obra-prima, mas é um documento valioso da história.

Aquele Gillet Du Bocage de quem falamos foi o pai de uma Dona Mariana Du Bocage, mãe do famoso poeta da Arcádia Portuguesa. O avô de Elmano que figura na frota do Maquinez, originava-se de uma família de Rouen e cercanias, da qual nasceram vários poetas franceses de alguma notoriedade. Uma mulher desta família, Mme. Du Bocage, foi a autora do poema **Colombiade**, que o poeta tentou verter para a nossa língua. Outros membros da família, Fiquet de Bocage, foi tradutor de coisas inglesas. Elmano, por sua vez, foi tradutor insigne. Parece que as musas melhor que Marte sorriram à boa fortuna dos Bocages.

(*Revista do Brasil*, nº 82, outubro de 1922, págs. 106/9. São Paulo. Reprod. no livro **Colméia**, São Paulo, Empresa Gráfica Monteiro Lobato, 1923.)

*
* *

TEXTOS

(Sugestões para Seminários)

A ABDICAÇÃO DE D. PEDRO I

(Vasconcelos de Drummond)

Se o Imperador Pedro I foi constrangido a abdicar, ou se foi ele mesmo quem voluntariamente e muito de propósito provocou essa abdicação, é isto o que não está bem esclarecido. Não duvido, porém, que possa contribuir para esse esclarecimento a revelação do seguinte fato:

Pelo Natal de 1830, achando-me eu em Londres, fui convidado por José da Silva Carvalho para uma reunião em sua casa. Silva Carvalho achava-se então emigrado naquela capital. Ali compareci, às 8 horas da noite. A sociedade se compunha de portugueses e espanhóis, todos emigrados. Entre os portugueses recordo-me de ver o padre Marcos; mas dos espanhóis não posso lembrar-me hoje dos nomes daqueles que me foram apresentados, dois dos quais eram tratados com o título de generais. Suponho que um deles era o general Mina.

Ao chá, José da Silva Carvalho, prevalecendo-se da amizade que nos ligava, desde 1824, quando ambos nos achávamos emigrados em Londres e Paris, disse-me que ele e seus amigos passavam a fazer-me uma revelação importante, que interessava tanto a Portugal como ao Brasil, para o triunfo da qual precisava do meu apoio e do apoio de todos os brasileiros liberais.

Entrando em matéria, discorreu mostrando que a causa da liberdade em Portugal estava perdida, e que somente o Imperador do Brasil a podia salvar, que para isso era necessário que ele dicesse o Brasil para se ir pôr à testa dos negócios de Portugal. Que o Brasil ganhava em se ver livre dele, e que a causa da liberdade em Portugal ganhava também tendo um Príncipe à sua frente, ótimo para uma revolução e péssimo para governar um Estado; e, finalmente, que os liberais de Portugal, depois do triunfo, também o mandariam embora.

Disse que eles estavam em correspondência com o Imperador D. Pedro, por intermédio de Francisco Gomes da Silva e João da Rocha Pinto, e nessa ocasião apresentou uma carta do mesmo Augusto Senhor ao primeiro dirigida. Que tinham mostrado ao Imperador a facilidade com a qual S. M. podia, servido pelos liberais, se abandonar o Brasil, unir Portugal à Espanha e ser aclamado Imperador da Península. Que Francisco Gomes da Silva e João da Pinto apoiavam muito esse projeto, que lhes parecia muito bom; mas que o Imperador mostrava de sua parte uma

grande indecisão; ora queria, ora duvidava e ora fazia observações, e que, para sair quanto antes desse estado de perplexidade, convinha que os brasileiros fizessem alguma demonstração que o determinasse a tomar uma resolução repentina.

A carta do Imperador, acima referida, que eu li, reconhecendo a letra e a assinatura, mostrava, com efeito, que o Imperador estava preocupado e indeciso sobre o que devia fazer. Não era explícito, mas uma idéia o dominava, e era a de ser tachado de ingrato ao Brasil.

Semelhante inesperada revelação desconcertou-me completamente. Apenas pude dizer a José da Silva Carvalho que ele escolhia muito mal os seus amigos, se me julgava capaz de trair ao meu país e ao meu soberano.

Silva Carvalho, como todos sabem, era um homem de aspecto muito agradável e de uma facilidade tal, que tudo para ele era possível; adquiriu por isso entre os seus o título de **Mr. Facilité**. Nada o zangava, nada o afligia. Replicou como se eu nada lhe houvesse dito seriamente. A conversação sobre este assunto tornou-se geral e eu procurei retirar-me.

No dia seguinte, veio Silva Carvalho à minha casa. Nós nos tratávamos de tu e de vós. Veio com a maior sem-cerimônia possível, que é preciso ter conhecido aquele caráter singular para o saber avaliar, a dizer-me que participasse eu aos meus amigos do Rio de Janeiro que o Imperador estava abalado, que lhe dessem um empurrão que ele se iria embora, ou por outra, que fossem colhendo a corda (estas são as próprias palavras) que ele entendesse, que em pouco tempo se veriam livres dele.

Poucos dias depois parti para Paris, sem saber o que era melhor fazer em semelhante conjuntura. Todos os cálculos me saíam errados. Se pensava em dar parte do ocorrido ao ministro dos negócios estrangeiros, Francisco Carneiro de Campos, vinha-me logo a idéia que este homem, sendo naturalmente fraco e pusilânime, ocultaria a minha carta e ficaria contra mim por lhe haver feito semelhante revelação; se me lembrava de me dirigir diretamente ao Imperador, via logo que o faria sem resultado, porque estando ele no conluio, não prestaria ouvidos à minhas razões e ficaria contra mim, por eu me achar de posse do seu segredo.

De hesitação em hesitação me demorei até os primeiros dias de fevereiro em que parti para Hamburgo, onde assentei de escrever a José Bonifácio de Andrada, a quem a mais estreita amizade me ligava, referindo todo o ocorrido. A minha carta chegou às mãos daquele ilustre ancião, de saudosa memória, depois do funesto dia 7 de abril de 1831. José Bonifácio, sendo eleito deputado por São Paulo nas eleições que se seguiram ao ato da abdicção, referiu na câmara ocultando o nome do autor,

todo o conteúdo da minha carta, levando em vista mostrar que o Imperador, enganado e iludido por falsos amigos, precipitara ele mesmo um acontecimento que não podia deixar de ser deplorável para ele e para o Brasil.

Os que assistiram à abdicação de 7 de abril e conhecem todo o enredo daquela fatal peripécia, ajuntem ao que já sabem estes pormenores, que acabo de contar, e ficarão então nas circunstâncias de poder julgar com acerto se o Imperador Pedro I foi constrangido a abdicar, ou se foi ele mesmo que voluntariamente e muito de propósito provocou essa abdicação.

(Memórias, "apud" João Ribeiro, *Autores Contemporâneos*, págs. 85 a 89. 18^a edição. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1928.)

*

DISCURSO DE BOLIVAR NO CONGRESSO DE ANGOSTURA (15/2/1819)

(...)

Os cidadãos da Venezuela gozam todos pela constituição, intérprete da natureza, de uma perfeita igualdade política. Conquanto que essa igualdade não tivesse sido um dogma em Atenas, na França e na América, deveríamos consagrá-la para corrigir a diferença que aparentemente existe. Minha opinião é que o princípio fundamental de nosso sistema depende imediata e exclusivamente da igualdade estabelecida e praticada na Venezuela. Que os homens nascem todos com direitos iguais aos benefícios da sociedade, está sancionado pela pluralidade dos sábios; como também o está que nem todos os homens nascem igualmente aptos para a obtenção de todas as posições; pois todos devem praticar a virtude e nem todos a praticam; todos devem ser valorosos e nem todos o são; todos devem possuir talentos e nem todos os possuem. Daqui vem a distinção efetiva que se observa entre os indivíduos da sociedade mais liberalmente estabelecida. Se o princípio da igualdade política é geralmente reconhecido, não o é menos o da desigualdade física e moral. A natureza faz os homens desiguais em gênero, temperamento, força e caracteres. As leis corrigem esta diferença, porque colocam o indivíduo na sociedade, para que a educação, a indústria, as artes, os serviços, as virtudes, lhe dêem uma igualdade fictícia, propriamente chamada política e social. É uma inspiração eminentemente benéfica a reunião de todas as classes

num estado em que a diversidade se multiplica em razão da propagação da espécie. Por este único passo arrancou-se pela raiz a cruel discórdia. Quanta inveja, rivalidade e ódio se evitou !

Já desfruta o povo da Venezuela dos direitos que legitima e facilmente pode usufruir; moderemos agora o ímpeto das pretensões excessivas que possa estabelecer um governo inadequado para ele; abandonemos as formas federais que não nos convêm; abandonemos o triunvirato do poder Executivo, e concentrando-o em um presidente, confie-mos-lhe a autoridade suficiente para que logre manter-se lutando contra os inconvenientes próprios da nossa recente situação, ao estado de guerra que sofremos e à espécie dos inimigos externos e domésticos, contra os quais teremos longo tempo que combater. Que o poder Legislativo se desligue das atribuições que correspondem ao executivo, e adquira não obstante nova consistência, nova influência no equilíbrio das autoridades. Que os tribunais sejam reforçados pela estabilidade e pela independência dos juizes, pelo estabelecimento de jurados, de códigos civis e criminais que não sejam decretados pela antiguidade, nem por reis conquistadores senão pela voz da natureza, pelo grito da justiça e pelo gênio da sabedoria.

Meu desejo é de que todas as partes do governo e administração adquiram o grau de vigor que unicamente pode manter o equilíbrio, não só entre os membros que compõem o Governo, senão entre as diferentes facções de que se compõem nossa sociedade. Nada importaria que os recursos de um sistema político se enfraquecessem pelas suas debilidades, se este enfraquecimento não trouxesse consigo a dissolução do corpo social e a ruína dos associados. Os gritos do gênero humano nos campos de batalha ou nos corpos tumultuários, clamam ao céu contra os imprudentes e cegos legisladores, que pensam poder fazer, impunemente, ensaios de quiméricas instituições. Todos os povos do mundo pretenderam a liberdade, uns pelas armas, outros pelas leis, passando alternativamente da anarquia ao despotismo, ou do despotismo à anarquia; muito poucos são os que se contentaram com pretensões moderadas, constituindo-se de acordo com seus meios, seu espírito e suas circunstâncias.

Não aspiramos ao impossível, não seja que por nos elevarmos sobre a região da liberdade, desçamos à região da tirania. Da liberdade absoluta se desce sempre ao poder absoluto; e o meio entre esses dois termos é a suprema liberdade social. Teorias abstratas são as que produzem a perniciosa idéia de uma liberdade ilimitada. Façamos que a força pública se contenha nos limites que a razão e o interesse prescrevem: que a vontade nacional se contenha nos limites que um justo poder lhe designa; que uma legislação civil e criminal, análoga à nossa atual constituição, domine imperiosamente sobre o poder judiciário, e então haverá um equi-

líbrio e não haverá o choque que embarace a marcha do Estado e não haverá essa complicação que trava ao invés de unir a sociedade.

(**Doctrina Política.** Prólogo e notas de Luís Alberto Sanchez. 2ª ed., Santiago de Chile, Ercilla, 1941, p. 53/92. Apud "A América Latina de Colonização Espanhola", de Manoel Lelo Bellotto e Anna Maria Martinez Corrêa, p. 164/165. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1979.)

*

*

*

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

JOÃO RIBEIRO (1860 – 1934)

Ensaísta, historiador, crítico, folclorista, filólogo, João Ribeiro — uma das mais expressivas e completas figuras da intelectualidade brasileira — nasceu em Laranjeiras (Sergipe) aos 24 de junho de 1860, e faleceu no Rio de Janeiro aos 13 de abril de 1934. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras, da qual foi um dos membros mais atuantes. Deixou variadíssima obra abrangendo todos os campos de seu interesse. Diversos autores consagraram-lhe estudos críticos, merecendo citar, dentre muitos, Alceu Amoroso Lima, Pedro Couto e seu filho Joaquim Ribeiro, a quem coube reeditar vários dos seus livros. Sua **História do Brasil** (para o curso superior), aparecida pela primeira vez em 1900, marcou época, por ser o primeiro manual a apresentar-nos uma visão superior e científica de nossa história, não se importando apenas, como de comum acontecia, com a narrativa puramente fatural.

João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (este o seu nome completo) realizou os primeiros estudos em sua província natal (Ateneu Sergipense), indo logo a seguir para a Bahia, onde se matriculou na Faculdade de Medicina. Percebendo não ser a sua vocação, abandona o curso e muda-se para o Rio de Janeiro, com o propósito de matricular-se na Escola Politécnica. Verificando não ter, também, tendência para a engenharia, dedica-se ao jornalismo, e pouco depois ao magistério, e nestas duas atividades realizou-se plenamente. Quando ainda em Sergipe, iniciou suas incursões pelo campo da pintura, à qual periodicamente retornou em diversos momentos de sua vida. A imprensa propiciou-lhe excelente relacionamento com figuras marcantes do jornalismo fluminense, como, entre outras, Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio e Alcindo Guanabara. Prestando concurso para o Colégio Pedro II, com a tese “Morfologia e colocação dos pronomes”, acabou sendo nomeado, não para a cadeira de Português, que pretendeu, mas para a de História Universal. A partir deste momento, divide-se entre a Filologia e a História, matérias em que grangeou notoriedade, principalmente na Filologia, sobre a qual versa a maior parte de sua imensa produção. Mas a necessidade de ensinar História levou-o a preparar manuais para essa matéria (coisa inexistente entre nós, na ocasião), o que faz com que seu nome seja sempre citado como um dos pioneiros do ensino da História e da elaboração de livros didáticos para a disciplina.

Em 1894 bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, mas, ao que parece, nunca exerceu a advocacia. Logo no ano seguinte viajou para a Alemanha, onde permaneceu dois anos, aproveitando para visitar outros países da Europa. Certamente apenas por não estar

no Brasil, deixou de participar da fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897, mas nela ingressou um ano depois, assim que se verificou a primeira vaga, que foi a do poeta Luís Guimarães Júnior, cadeira de nº 31, que tem como patrono Pedro Luís. Foi recebido por José Veríssimo a 30 de novembro de 1898. Tornou-se, assim, João Ribeiro, o primeiro acadêmico eleito após a constituição da Academia.

Dotado de profundo conhecimento da cultura alemã, falando e escrevendo o alemão como a própria língua, este seu germanismo aparece freqüentemente nos seus escritos, em especial nas **Notas de um Estudante** (1922) e em **Colmeia** (1923) e sua própria **História do Brasil**, reflete a influência da grande obra de Handellmann, aparecida em Berlim em 1860, e que só em 1931, seria traduzida para a nossa língua.

Sua contribuição à historiografia consiste, além dos livros didáticos, no estudo sobre as nossas fronteiras (1930) e em páginas avulsas coligidas posteriormente para formar os livros **Fabordão** (1910), **Notas de um estudante** (1922), **Colméia** (1923) e **Historiadores** (vol. VI da edição de suas obras publicadas pela Academia Brasileira, 1961).

Escreve seus primeiros versos ainda em Sergipe: o poema **Tenebrosa Lux**, publicado em sua cidade natal, em 1881; depois, **Dias de Sol** (1884), **Avena e Cítara**, **Idílios Modernos** e **Versos**, que alcança três edições, datando a primeira de 1890. Por esta mesma época traduz o **Intermezzo**, de Heine (que também alcançou várias edições), e vinte anos mais tarde escreve o **Auto das Guerras de Amor**, oferecido a Coelho Neto e representado por alunos da Escola Dramática, no Teatro Municipal, na véspera do Natal de 1911. Ficou nisso sua produção poética, embora tenha posteriormente cuidado da reedição comentada de poetas do passado, como Antônio José (o Judeu) e Cláudio Manuel da Costa.

No campo da Filologia, sua produção foi bem maior: **Morfologia e Colocação dos Pronomes**, tese com que concorreu ao Colégio Pedro II (1886); **Gramática Portuguesa**, em três séries (1886 e 1887); **Exame de Português** (1887); **Dicionário Gramatical**, contendo em resumo as matérias que se referem ao estudo histórico, comparativo, da língua portuguesa (1889); **Estudos Filológicos** (1902); **Livro de Exercícios** (1908); **Frases Feitas**, estudo conjectural de locuções, ditados e provérbios, em duas séries (1908 e 1909); **Gramática de Hilário Ribeiro**, edição revista, anotada e comentada (1908); **Exame de admissão para os ginásios**, em colaboração com Raja Gabaglia (1916); **A Língua Nacional** (1921, reed. em 1933 e em 1979); **Curiosidades verbais** (1927).

Devem-se-lhe, ainda, memórias sobre Instrução Pública, uma seleção de escritos de Ramiz Galvão (na "Estante Clássica da Revista de Língua Portuguesa") uma antologia de **Satíricos portugueses** (1910), as **Páginas Escolhidas da Academia Brasileira**, em dois volumes (1906), a

Seleta Clássica (1905) e a preciosa antologia intitulada **Autores Contemporâneos**, publicada pela primeira vez em 1906 e que alcançou mais de trinta edições.

Nos domínios da ficção, deixou **São Bohemundo**, **Recordações de Dona Quitéria**, **Vida do Padre Antônio** e **Floresta de Exemplos**. Editou dois **almanaques**, refundiu e aumentou o clássico dicionário de Simões da Fonseca e iniciou a publicação do que seria o dicionário oficial da Academia Brasileira, que não passou, contudo, da letra A, na parte sob a responsabilidade de João Ribeiro.

Por iniciativa e zelo de Múcio Leão, a Academia Brasileira publicou seis volumes na série **Inédita**, da Coleção Afrânio Peixoto, reunindo escritos avulsos, especialmente de crítica, de João Ribeiro (entre 1951 e 1961) e mais recentemente (1979) a editora Vozes, de Petrópolis, dedicou-lhe um volume na preciosa coleção "Dimensões do Brasil", reunindo **A Língua Nacional** e diversos outros estudos lingüísticos que estavam esparsos por revistas e jornais. Este volume (nº 13 da referida coleção) foi publicado sob a responsabilidade de Hildon Rocha e inicia-se com um excelente estudo de Antônio Houaiss intitulado "João Ribeiro redivivo", seguindo-se-lhe uma bem cuidada cronologia da vida e da obra do escritor sergipano, organizada por Hilma Ranauro.

Convém lembrar que o segundo fascículo do volume III, de 12-7-1942, de **Autores e Livros**, suplemento do antigo jornal **A Manhã**, do Rio de Janeiro, foi quase todo dedicado a João Ribeiro, com transcrição de muitas páginas de sua autoria.

*

*

*

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às sextas-feiras, no *Correio Popular*, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram divulgadas.)

64. UM ORATÓRIO SOBRE O ROSÁRIO

Nascido em 1875, na cidade italiana de Parma, o compositor Giulio Silva iniciou sua carreira como professor do renomado Conservatório Santa Cecília, de Roma. Radicou-se nos Estados Unidos em 1921, dirigindo por cinco anos o Departamento de Canto da Mannes Music School, de Nova York. A convite de Ernest Bloch, compositor suíço que se fixara na Califórnia, Giulio Silva acabou indo para São Francisco, dirigindo o Conservatório da grande cidade do Pacífico. Após alguns anos nessa importante função, preferiu estabelecer-se na pequena cidade de San Rafael, onde passou a dirigir a parte artística de um colégio de dominicanas. Muito conhecido como autor, professor e regente, bem como pelos seus estudos no campo da música gregoriana, Silva realizou no Colégio de San Rafael importante obra de divulgação da boa música, sobretudo a religiosa, tendo, inclusive, oportunidade de compor numerosas peças para serem cantadas por suas alunas.

Dentre suas obras, escritas nessa fase de San Rafael, a mais importante é o grande oratório inspirado nos mistérios do Rosário — *The Mysteries of Rosary* — executado pela primeira vez em 1944 e, desde então, apresentado com frequência nas solenidades religiosas do colégio, especialmente no Domingo de Ramos.

A estrutura do oratório é bastante original. Para cada um dos quinze mistérios do Rosário, Silva escolheu trechos apropriados na liturgia católica, alguns em latim (os próprios textos gregorianos), outros em inglês, com música de sua própria autoria. E com exceção dos dois últimos, escolheu ainda textos dos Evangelhos e dos Atos dos Apóstolos (parte sobre o Pentecostes), que são declamados por uma solista. Para os dois últimos mistérios, que não têm fundamento bíblico (a Assunção e a Coroação de Nossa Senhora no céu), o autor elaborou os textos com o simples relato do que ensina a tradição da Igreja. Desta forma, a tripartição dos quinze mistérios em gregoriano, recitativo e coral, dá à obra uma estranha beleza e um profundo sentido de espiritualidade. O oratório (ou a oratória, como preferem dizer os portugueses) é composto apenas para vozes femininas (tanto solistas como coristas), com acompanhamento de cordas e alguns solos especiais de órgão, harpa e violino.

Faz quase um quarto de século que travei conhecimento com essa obra, através de uma excelente gravação (creio que a única) feita pela Music Library Recording, de Nova York, logo retirada do catálogo e nunca mais reimpressa. Na ocasião, sabia que o autor continuava vivendo em San Rafael, onde provavelmente terminou seus dias, talvez pouco depois de ter visto sua obra máxima registrada para a posteridade. (9-10-1981.)

*

65. COMPOSITOR INGLÊS EVOCA CERIMÔNIA DE NATAL

Benjamin Britten, indubitavelmente, foi a maior figura musical da Inglaterra deste século. Não chegando a viver sessenta anos (1913-1969), deixou uma obra numerosa e de mais alta qualidade, abrangendo praticamente todas as formas de composição. Em seu catálogo, encontram-se doze óperas (as mais importantes da lírica inglesa), cantatas, bailados, sinfonias, concertos, sonatas para os mais diversos instrumentos, canções, oratórios, o "Réquiem de Guerra" e ainda algumas obras inspiradas em autos e mistérios da Inglaterra medieval e cânticos sobre textos de poetas da Renascença inglesa. Nessa vastíssima produção britteniana, uma obra me toca de perto e gostaria de evocá-la nesta semana, pois ela própria é uma admirável evocação natalina. Trata-se de **Ceremony of Carols**, na qual Britten realizou feliz aproveitamento de textos ingleses antigos. Escrita para vozes femininas (ou infantis), com acompanhamento apenas de harpa, com essa obra pretendeu o compositor descrever (talvez melhor "imaginar") uma cerimônia de Natal: o coro entra na igreja cantando, sem acompanhamento algum, o "Hodie Christus natus est", provavelmente o mais antigo texto que se conhece alusivo ao nascimento de Cristo; canta uma série de "carols", todos relativos à festa magna da Igreja e retira-se novamente ao som do velho cantochão que serviu para o início da cerimônia.

Consta a obra de dez partes: a primeira, já citada, é cantada processionalmente; a segunda e a terceira, de autores anônimos, constituem cânticos de saudação ao Natal e ao Ano-Novo; a quarta contém duas belíssimas canções de Wedderburn, poeta setecentista; em ambas, além do coro, há oportunas intervenções de solistas; a quinta parte, também de autor desconhecido, relata as relações de Jesus com sua Mãe; segue-se "This little Babe", de Robert Southwell, poeta jesuíta supliciado no tempo de Isabel; vem, depois, um tocante interlúdio para solo de harpa, com o qual Britten pretendeu evocar a frígida noite de Belém, quando nasceu o Messias prometido; na oitava parte comparece novamente Southwell com sua poesia "In freezing winter night"; segue-se um "carol" da época de Henrique VIII e a penúltima parte é um anônimo "Deo Gratias", simples, ingênuo e terno poema medieval. A obra conclui com a repeti-

ção do "Hodie Christus natus est", desta vez simbolizando a saída dos fiéis da Igreja onde foram celebrar o Natal.

Esta contribuição de Britten para a musicologia natalina; pela beleza dos textos e pela sublimidade da música, situa-se maravilhosamente no espírito do Natal, tal como celebrado nas velhas igrejas inglesas que remontam à época medieval, documentado, hoje, por um sem-número autos e mistérios que chegaram até nós. (23-12-1981.)

66. UM DOS GRANDES FILHOS DE BACH

O Ano-Novo já nos propiciou, logo no dia primeiro, significativa efeméride da história da música: o bicentenário da morte de João Cristiano Bach, o caçula da numerosa prole deixada pelo grande João Sebastião. E também um dos maiores compositores de todos os tempos. Dos vinte filhos do velho Bach, de dois matrimônios, todos os varões dedicaram-se à música e alguns deles tornaram-se conhecidos e famosos antes do próprio pai, como é precisamente o caso de Carlos Felipe e de João Cristiano. Ao contrário do pai, que nunca saiu da Alemanha, e mesmo em seu país pouco viajou, seus dois filhos mais ilustres correram a Europa, freqüentando centros de vida musical na Itália, França e Inglaterra, alargando seus horizontes, conhecendo novas tendências estéticas, convivendo com figuras marcantes de diversos países, com inúmeras oportunidades (que o pai não teve) de ver suas obras impressas e divulgadas. Enquanto o velho João Sebastião, reconhecido em seu tempo apenas como um grande organista, só teve sua obra divulgada um século após a morte, ou seja, em meados do século passado, quando, graças sobretudo aos esforços de Mendelssohn, suas composições mais importantes foram tiradas da poeira dos arquivos. Hoje, talvez não haja compositor mais divulgado, estudado, analisado, interpretado e comentado.

Quanto ao filho caçula, nascido em Leipzig a 5 de setembro de 1735, perdeu o pai quando apenas estava pelos quinze anos, e sua formação musical foi entregue aos cuidados de Carlos Felipe, o mais velho de seus irmãos. Foi para a Itália, e, em Milão, em convívio com o famoso Abade Martini, assimilou os princípios estéticos dos compositores italianos. Converteu-se ao catolicismo (quebrando velha tradição da família) e deixou numerosas obras religiosas, no mais legítimo espírito católico. Dedicou-se também à ópera (o que não era uma tradição da família) e, nesta forma, deixou treze obras de grande aceitação em seu tempo.

Percebendo o quanto a música italiana era apreciada na Inglaterra, aceitou convite para estabelecer-se em Londres em 1757 e na capital inglesa viveu até o seu falecimento, em 1^o de janeiro de 1782. Com isto, rangeou o epíteto de "Bach de Londres", embora alguns o chamem também de "Bach de Milão", pela sua passagem pela capital lombarda. Não chegando a viver meio século (talvez tenha sido o Bach de vida mais curta) deixou obra volumosa e variada. Passa por ter sido um dos primeiros a substituir de vez o velho cravo pelo piano recém-inventado, da mesma maneira que contribuiu decisivamente para a fixação do concerto para piano e orquestra como forma musical das mais preferidas desde

então. Embora bastante beneficiado pelo disco, tem estado praticamente ausente das nossas salas de concerto. (13-1-1982.)

*

67. BICENTENÁRIO DE UM COMPOSITOR ESQUECIDO

Depois de amanhã, o mundo musical francês estará comemorando o bicentenário de nascimento de um dos grandes compositores que a França nos deu no século passado, mas praticamente esquecido hoje: Auber (Daniel François Esprit D'Auber), nascido em Caen a 29 de janeiro de 1782, e falecido em Paris, com mais de noventa anos, a 12 de maio de 1871. Foi uma das figuras mais marcantes da chamada "Grand Opéra", tão do agrado dos franceses na primeira metade do século XIX. Grande parte de suas óperas (e escreveu cerca de quarenta) está esquecida, pouco figurando nos programas das temporadas líricas de seu próprio país. São obras que marcaram determinada época, mas de montagens praticamente inexequíveis pelas suas grandes exigências cênicas. Delas executam-se hoje, como peças de concerto, suas belíssimas "ouvertures". Talvez um dia o disco venha a ressuscitá-las, o que até o momento não ocorreu, pois de toda a sua vasta produção, apenas uma ópera, **Fra Diavolo**, foi parcialmente gravada e, assim mesmo, na Alemanha e cantada em alemão...

Das que ainda se representam, talvez a mais importante seja **Masaniello** (também conhecida por **A muda de Portici**), sobre a qual já tive oportunidade de escrever, há alguns anos, nesta mesma folha, em artigo a que intitulei **Uma ópera a serviço da liberdade**. "Masaniello", composta sobre texto de Scribe (aliás, o libretista de quase todas as suas óperas) foi inspirada num episódio verídico e seu personagem-título existiu realmente. Chamava-se Tommaso Aniello (da junção dos dois nomes formou-se "Masaniello") e tem sua vida ligada a um movimento de revolta dos napolitanos contra os espanhóis, em 1647, época em que Nápoles e as cidades vizinhas estavam sob o domínio do Duque de Arcos. Sua atitude de revolta fora motivada pela perda de suas poucas posses, vendidas para pagar a multa imposta à sua mulher por levar para casa um saco de farinha. A revolta foi tão bem sucedida, que o vice-rei espanhol viu-se forçado a abolir os impostos sobre alimentos e gêneros de primeira necessidade. Quando, porém, os insurretos se dissolveram, Masaniello foi assassinado por sicários espanhóis. Companheiro de Masaniello nessa revolta foi o pintor e poeta Salvator Rosa, que inspirou ao nosso Carlos Gomes uma de suas grandes óperas.

Além de **Masaniello**, tornaram-se famosas, em sua produção, **O Cavalo de Bronze**, **Os Diamantes da Coroa** e a já citada **Fra Diavolo**, esta no gênero cômico, pois Auber soube dividir-se entre a ópera séria e a "buffa". **Fra Diavolo** chegou a ser aproveitada pelo cinema, numa deliciosa comédia com o Gordo e o Magro, a inesquecível dupla dos anos 30. Quem a assistiu, dificilmente esquecerá a interpretação de Denis King no papel do galante salteador dos Abruzzos. Registre-se, pois, com esta modesta nota, a efeméride bicentenária de um compositor renomado em seu tempo, mas hoje praticamente esquecido. (27-1-1982.)

68. TITULARES PAULISTAS

O Instituto Genealógico Brasileiro consagrou o segundo número de sua revista às conferências proferidas no Segundo Curso de Genealogia e Heráldica, realizado em 1978 e que versou sobre "As Grandes Famílias Paulistas." Oito das treze conferências então pronunciadas acham-se reunidas neste volume, esclarecendo a Redação que as demais serão publicadas em próximo número. Além de dois trabalhos específicos sobre Heráldica e de um estudo sobre Pedro Taques, os demais versam sobre os titulares paulistas do Império, deles tratando Celso Maria de Melo Pupo, Lycurgo de Castro Santos Filho, José Luiz Pasin, José Clóvis Vicente de Azevedo e o signatário desta nota.

A Celso de Melo Pupo coube falar dos titulares de Itu: os Barões de Itu, de Piracicaba, de Cascalho, de Campinas, de Jundiaí e do Itaim; o Marquês de Itu, o Conde de Parnaíba e a Baronesa de Jundiaí.

Lycurgo Santos Filho tratou dos titulares de Campinas, cuidando de 21 em vez dos 23 que haviam sido arrolados e estudados anteriormente por Theodoro de Souza Campos Júnior, por entender que os dois Barões de Campinas não devam figurar na relação, pois nenhuma vinculação têm com a cidade. E ponderadamente escreve: "Até hoje não se compreende porque o baronato de Campinas tenha sido atribuído a dois homens dela inteiramente desvinculados". E explica: "Talvez a resposta esteja no fato de titulares de Campinas ostentarem, por sua vez, nomes de cidades vizinhas".

Reduzidos, assim, a 21, eis os titulares de Campinas, pela ordem hierárquica: Marquês de Três Rios, Conde de Parnaíba, Condessa do Pinhal, Viscondessa de Campinas, Visconde de Indaiatuba e do Rio Claro e os Barões de Atibaia, de Ataliba Nogueira, de Ibitinga, de Monte Mor, de Paranapanema, de Geraldo Resende, de Itapura, de Itatiba, de Anhumas, de Pirapitingüi, de Cascalho, de Porto Feliz, de Melo e Oliveira, e as Baronesas de Dourado e de Almeida Lima.

A José Luiz Pasin coube tratar dos titulares do Vale do Paraíba, que somam quase quarenta, distribuídos por nove cidades. E José Clóvis Vicente de Azevedo cuidou dos dez titulares agraciados pela Santa Sé e que constituem a "nobreza pontifícia". Finalmente, ao autor destas linhas coube dissertar sobre quatro grandes titulares: o Marquês de São Vicente, o Conde do Pinhal, o Visconde de Porto Seguro e o Barão de Piratininga.

Com poucas exceções, a nobreza imperial brasileira está vinculada à vida fazendeira, mais propriamente, no caso paulista, ao café. Esperamos que o Instituto Genealógico publique as demais conferências para que se tenha um quadro completo dos nossos titulares. (3-2-1982.)

*



UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

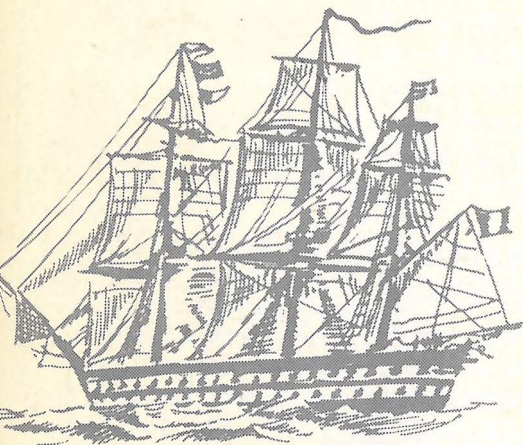
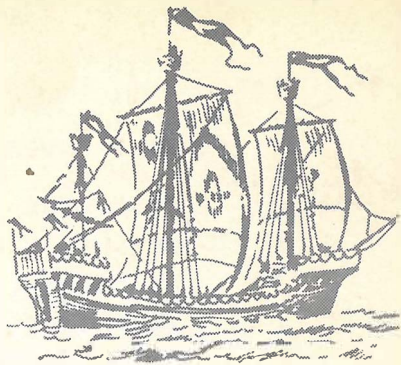
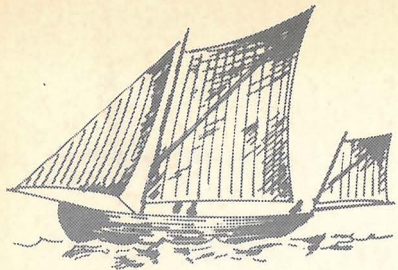
1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia
8. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Informática
- c) Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- d) Colégio de Aplicação "Pio XII"



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

